

# Diário Oficial

## Estado de Pernambuco

Ano XCI • Nº 98

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 5 de junho de 2014

## Presidente da Alepe pede urgência em análise sobre alteração de bancadas

### Supremo julgará Adin sobre resolução do TSE que diminuiu número de deputados

Representantes das Assembleias Legislativas que podem ter suas bancadas reduzidas na próxima eleição, devido a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), vão a Brasília, na próxima semana, solicitar urgência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) impetrada pela Casa Joaquim Nabuco ainda em 2013. A informação foi repassada, ontem à tarde, pelo presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), durante pronunciamento no Pequeno Expediente.

De acordo com o parlamentar, em 27 de maio, o TSE derrubou o decreto legislativo promulgado pelo Congresso Nacional, no ano passado, e ratificou a Resolução 23.389/13, da própria Corte, que altera a quantidade de deputados federais de 13

Estados brasileiros. Oito deles (Pernambuco, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Rio Grande do Sul) terão as bancadas reduzidas e cinco (Pará, Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina e Amazonas) terão acréscimo em sua representação. “Além de perder uma cadeira na Câmara Federal, podemos ter ainda a redução de dois deputados estaduais”, explicou.

Para Uchoa, o TSE não tem competência jurídica para tratar de matéria constitucional, sendo importante que o Supremo se pronuncie, uma vez que as convenções partidárias começam no próximo dia 10 e vão até 30 de junho. “É indispensável uma posição urgente, pois só temos esse prazo”, afirmou, acrescentando que há seis meses a Procuradoria da Casa ingressou com a Adin no STF.



PRONUNCIAMENTO - Uchoa alerta para risco de redução de duas cadeiras na Casa

Uchoa ainda comentou o Projeto de Lei nº 1977/14, de autoria do Poder Judiciário, que institui o Bônus de Desempenho Jurisdicional e foi aprovado ontem em segunda discussão no Plenário.

O presidente explicou que não se trata de um aumento salarial, como foi divulgado pela imprensa, mas de uma premiação anual por resultados, vinculada ao alcance de metas diretamente relacionadas à prestação ju-

risdicional. “A norma terá 60 dias para ser regulamentada e só no final de 2015 os servidores poderão ter direito ao bônus” esclareceu.

**VIAGENS** - Em relação à matéria publicada no último domingo (1º) no *Jornal do*

*Commercio*, com o título *Tudo em nome da “cultura”*, sobre as licenças culturais concedidas aos deputados, o presidente disse que a Alepe tem o menor gasto com diárias e passagens entre as Assembleias do País, cerca de R\$ 45 mil anualmente. “Algumas missões culturais citadas foram pagas pela Fecomércio e outras custeadas pelos próprios parlamentares”, afirmou.

O presidente frisou que as duas viagens feitas por ele foram pagas com recursos próprios. “Fui a Buenos Aires, na Argentina, com a minha família, em janeiro, durante o recesso parlamentar. E fui a Bogotá, na Colômbia, para conhecer o trânsito da cidade, em 2012. Desafio quem encontre um único empenho assinado nesta Casa pagando os custos dessas viagens”, concluiu.

## Honraria

## Assembleia entrega Medalha Joaquim Nabuco

A Medalha Joaquim Nabuco, Classe Ouro, foi entregue ontem pela Assembleia Legislativa à Fundação Terra e à economista Tânia Bacelar, em Reunião Solene. A honraria, considerada a mais importante comenda oferecida pela Casa, foi instituída em 1968 e expressa o reconhecimento do Parlamento Estadual aos relevantes serviços prestados ao Estado ou ao País. O deputado Tony Gel (PMDB) presidiu a cerimônia e destacou a atuação dos homenageados em prol de Pernambuco.

Por iniciativa do deputado Clodoaldo Magalhães (PSB), a Fundação Terra recebeu a



COMENDA - Tânia Bacelar e Wellington Santana, representando a Fundação Terra

comenda como pessoa jurídica. O parlamentar lembrou a trajetória da entidade criada pelo padre Ailton Freire, em 1984, em Arcoverde, no Agreste. “A fundação sobrevive exclusivamente de doa-

ções e atende a mais de 2,2 mil pessoas, fazendo prevalecer a solidariedade e dignificando o voluntariado”, afirmou. A entidade oferece esporte e lazer para adolescentes e mantém um lar para idosos.

Já o deputado Isaltino Nascimento (PSB) propôs a medalha pessoa física para a socióloga e economista Tânia Bacelar. A homenageada foi diretora de Planejamento Global na Superintendência

de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); secretária estadual de Planejamento e da Fazenda; secretária de Planejamento do Recife; e secretária Nacional de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional.

Segundo Isaltino, Tânia é sinônimo de saber e conhecimento sobre o semiárido, o Nordeste e o Brasil. “É respeitada no meio acadêmico, empresarial, governamental e social pela sua sensibilidade e compromisso”, ressaltou.

Para Tânia, a comenda significa uma grande alegria e responsabilidade. “A Casa tem como patrono Joaquim Nabuco, que lutou por causas

importantes para o País. As desigualdades social e regional continuam sendo um grande desafio para a sociedade brasileira”, afirmou.

O representante da Fundação Terra, Wellington Santana, comparou as ações desenvolvidas na entidade às lutas do patrono do Legislativo. “A fundação combate a pobreza, que representa a escravidão moderna, assim como Joaquim Nabuco fez em tempos passado”, observou.

Na solenidade, foi exibido um vídeo institucional da Fundação Terra. O Quinteto da Orquestra Criança Cidadã e o Coral Vozes de Pernambuco se apresentaram.

FOTOS: JARBAS ARAÚJO

# Semana do Meio Ambiente em destaque

## Debates sobre o tema na Alepe foram lembrados

A Semana Nacional do Meio Ambiente foi o tema do pronunciamento do deputado Daniel Coelho (PSDB), ontem à tarde, no Plenário da Assembleia Legislativa. Ele explicou que 5 de junho foi a data escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para celebrar anualmente o Dia Mundial do Meio Ambiente.

De acordo com Daniel, trata-se de um momento em que todo o planeta debate e reflete sobre a temática ambiental, “de grande importância para a saúde e a vida em sociedade”. O parlamentar citou os principais desafios de Pernambuco na área ambiental e lembrou algumas lutas em defesa do meio ambiente, nos últimos quatro anos.



DEFESA – Daniel Coelho

O tucano afirmou que a Assembleia Legislativa teve um papel essencial nas discussões sobre a matriz energética para o Estado. “Precisamos investir para que tenha-

mos fontes energéticas renováveis e limpas”, observou.

Como principal desafio para os próximos governantes, Daniel Coelho apontou a criação de um plano arrojado de compensação ambiental. O parlamentar citou como exemplo o projeto do Arco Viário Metropolitano, cuja execução prevê corte de vegetação numa área preservada em Aldeia, na Região Metropolitana.

Daniel anunciou que, ao longo desta semana, vai utilizar as redes sociais para divulgar pautas relacionadas ao tema. Ele informou que foi convidado para três palestras sobre o assunto, no Recife e em Olinda. O deputado também pediu que a Casa mantenha o meio ambiente na sua pauta de debates.

## Segurança

### Pedido de reforço de policiamento em Sirinhaém

O deputado Pedro Serafim Neto (PDT) foi à tribuna, ontem à tarde, para ratificar sua solicitação de reforço do policiamento no município de Sirinhaém, na Zona da Mata Sul. De acordo com parlamentar, que apresentou indicação sobre o tema em maio de 2013, a região vem apresentando crescentes registros de violência e insegurança.

Segundo o deputado, a população está muito preocupada com o aumento dos casos de homicídios, assaltos e roubos na cidade. “A situação é de muito desconforto e medo”, frisou. Ele fez um apelo à Secretaria de Defesa Social e ao Governo do Estado para que tomem providências a respeito do problema.

Pedro Serafim Neto também solicitou a recuperação da rodovia PE-61, principalmente, no trecho que liga o distrito de Santo Amaro à sede do município de Sirinhaém. Lembrou que o pleito foi alvo de indicação sua em abril de 2013. “É uma rodovia movimentada, mas com asfalto muito danificado, com buracos e falta de sinalização. Precisa urgentemente de reparos e manuten-



PLEITO – Pedro Serafim

ção para garantir a segurança dos que trafegam na localidade”, afirmou.

## Sertão

### Congresso e feira movimentam Ouricuri

O deputado Raimundo Pimentel (PSB) registrou, na tarde de ontem no Plenário, dois eventos ocorridos no último fim de semana, em Ouricuri, no Sertão. Ele citou o 1º Congresso da Associação de Vereadores do Araripe e a 6ª Feira do Comércio do município.

Segundo o parlamentar, o congresso reuniu vereadores do Araripe e outros municípios com o objetivo de capacitar e fortalecer o grupo. “A associação foi fundada no ano passado e está tomando posições políticas impor-



EVENTOS – Pimentel

tantes para a região”, frisou, parabenizando a diretoria.

Já a 6ª Feira do Comércio

de Ouricuri atraiu um público de 25 mil pessoas, movimentou mais de R\$ 2 milhões em negócios efetivados e R\$ 5 milhões em vendas prospectadas. Pimentel parabenizou a Câmara de Dirigentes Lojistas de Ouricuri pela organização e registrou a adesão do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PE) e da prefeitura municipal. “Participaram 70 empresas em 108 estandes. Houve exposição de máquinas e equipamentos, além de shows musicais nos três dias de evento”, disse.

## Câmara dos Deputados

### Comemorada aprovação do Plano Nacional de Educação

A Câmara dos Deputados aprovou na última terça-feira (3), por unanimidade, o Plano Nacional de Educação (PNE), que agora segue para sanção presidencial. A decisão foi comemorada pela deputada Raquel Lyra (PSB) ontem, no Plenário da Casa Joaquim Nabuco.

A parlamentar explicou que, de forma geral, o plano estabelece metas e estratégias da ampliação do acesso à educação e a melhoria da qualidade do ensino até 2024. O documento prevê a erradicação do analfabetismo e universalização da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

De acordo com a socialista, dentre as 20 metas que devem ser cumpridas na próxima década na área de educação está a ampliação do número de creches de forma a



QUALIDADE – Raquel Lyra

atender o mínimo de 50% das crianças de até 3 anos. Além disso, os brasileiros deverão ser alfabetizados, no máximo, até os 6 anos.

Raquel Lyra informou que a educação em tempo integral deverá ser ofertada por 50% das escolas públicas, com o objetivo de atender pelo menos 25% de todos os

alunos da educação básica. O plano prevê ainda o aumento gradativo do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb). “Também é meta a ampliação do número de matrículas na pós-graduação e a formação de 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano ao final de sua vigência”, argumentou.

Segundo a parlamentar, apesar da conquista pela aprovação do plano, que deveria ter sido aprovado desde 2011, alguns pontos dificultaram o consenso e geraram críticas. “Embora as metas referentes à universalização do ensino e à erradicação do analfabetismo já constarem no Plano Nacional de Educação para o período 2001-2010, elas não foram cumpridas. É preciso dedicação e esforço coletivo para que elas sejam colocadas em prática”, observou.

## Família

### Campanha de combate à alienação parental

A alienação parental é a situação em que o pai, mãe ou responsável pela criança a induz a romper laços afetivos com outro familiar, ocasionando interferência em sua formação psicológica. O assunto foi abordado no pronunciamento do deputado Ângelo Ferreira (PSB), ontem, na Casa Joaquim Nabuco.

O parlamentar destacou que o problema acontece, normalmente, após separações litigiosas de casais, onde um dos cônjuges promove uma campanha negativa em relação ao outro, com o objetivo de afastar o filho desse

ente. “Em casos extremos, os pais manipulam os filhos a relatar acontecimentos de caráter criminoso, mas falsos,



APOIO – Ângelo Ferreira

para que o menor crie medo do genitor e defenda o outro que o manipula”, pontuou.

Ângelo Ferreira salientou que esse procedimento fere o direito da criança de ter convivência familiar saudável e prejudica as relações de afeto. O deputado frisou que o praticante do ato pode ser responsabilizado por abuso moral e resultar em ação civil e criminal, e suspensão da autoridade parental. “Os poderes públicos precisam estar atentos à questão. É fundamental a promoção de campanhas educativas que estimulem relações familiares saudáveis”, concluiu.

## Aula de cidadania

Estudantes da Escola Frei Campo Maior, em Goiânia, na Região Metropolitana do Recife, participaram ontem do projeto Conhecendo a Assembleia de Perto. O convite partiu do deputado Sérgio Leite (PT). O grupo, formado por 37 alunos, do 3º ano do ensino médio visitou as instalações do Palácio Joaquim Nabuco, assistiu a uma aula de cidadania e aprendeu sobre trabalho desenvolvido na Assembleia Legislativa. Para Reginaldo Ribeiro, professor de história da escola, todo estudante precisa conhecer as três esferas do poder para agir como cidadão. “Esses jovens são o futuro do País e precisam saber seu verdadeiro papel na sociedade”, ressaltou. Sérgio Leite destacou que o projeto é um dos mais importantes da Casa. “A iniciativa possibilita aos jovens conhecer uma parte da cultura, história e da política, além de integrar o poder com a sociedade”, afirmou.



RINALDO MARQUES

Lei

LEI Nº 15.304 , DE 4 DE JUNHO DE 2014.

Obriga as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, a fornecerem carro reserva similar ao do cliente, no caso do automóvel ficar parado por mais de 15 dias por falta de peças originais ou impossibilidade de realização do serviço durante o prazo de garantia contratado.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, obrigadas a fornecerem carro reserva similar ao do cliente, no caso do automóvel ficar parado por mais de 15 (cinco) dias por falta de peças originais ou qualquer outra impossibilidade de realização do serviço.

Parágrafo único. A obrigação disposta no *caput* somente é válida durante o prazo de garantia contratada para o veículo.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às penalidades dispostas no art. 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. São solidariamente responsáveis pelo descumprimento afirmado no *caput* deste artigo as montadoras, concessionárias e importadoras de veículos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de junho do ano de 2014, 198º da Revolução Republicana Constitucionalista e 192º da Independência do Brasil.

GUILHERME UCHOA  
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO DEPUTADO RODRIGO NOVAES - PSD

Atos

ATO Nº 937/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 271141/2014, do Deputado Eriberto Medeiros, **RESOLVE:** exonerar e nomear os servidores dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
ANA PAULA TOLENTINO DE ALMEIDA	Chefe de Gabinete / PL-CGC	*****	****
ANA PAULA MAIA PERES	*****	Chefe de Gabinete / PL-CGC	95%
MARIA APARECIDA REIS	*****	Assessor Especial/PL-ASC	0%

Sala Torres Galvão, 4 de junho de 2014.

Deputado GUILHERME UCHOA  
Presidente

ATO Nº 938/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 083/2014, do Deputado Marcantonio Dourado, **RESOLVE:** exonerar e nomear os servidores dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
RUBIA NERY TRINDADE RODRIGUES	Assessor Especial/PL-ASC	*****	xxx%
MARCOS SÉRGIO MELO DE AGUIAR JÚNIOR	Assessor Especial/PL-ASC	*****	xxx%
MIRNA MARROQUIM DOMINGUES SOARES	*****	Assessor Especial/PL-ASC	120%
MAURÍCIO FERREIRA CAMPOS	*****	Assessor Especial/PL-ASC	68,06%

Sala Torres Galvão, 4 de junho de 2014.

Deputado GUILHERME UCHOA  
Presidente

PODER LEGISLATIVO

**MESA DIRETORA:** **Presidente,** Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente,** Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente,** Deputado André Campos; **1º Secretário,** Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário,** Deputado Claudiano Martins Filho ; **3º Secretário,** Deputado Sebastião Oliveira Júnior; **4º Secretário,** Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Sérgio Maurício Coutinho Côrrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Braulio José de Lira C. Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Queiroz Dourado; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Fabiane Cavalcanti; **Subeditora** - Manoela Moreira; **Repórteres** - Anselmo Monteiro, Fernandino Neto, Mirella Lemos, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Verônica Barros e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bitá e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** [scom@alepe.pe.gov.br](mailto:scom@alepe.pe.gov.br)



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convoco nos termos do artigo 93, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa o(a)s deputado(a)s: GUSTAVO NEGROMONTE (PMDB) – Vice-presidente, JÚLIO CAVALCANTI (PTB), TERESA LEITÃO (PT), TEREZINHA NUNES (PSDB), membros titulares e, na ausência destes, o(a)s suplentes: ADALTO SANTOS (PSB), ANTONIO MORAES (PSDB), MARY GOUVEIA (PSD), RAIMUNDO PIMENTEL (PSB) e RAQUEL LYRA (PSB), para se fazerem presentes à Audiência Pública intitulada “A dinâmica do frevo”, com o objetivo de debater sobre a preservação deste Patrimônio Imaterial da Humanidade, com a participação do multiartista Antônio Carlos Nóbrega - que fará intervenções na ocasião.

A referida audiência ocorrerá no próximo dia 06 de junho do corrente ano, às 10 (dez) horas, no Auditório Ênio Guerra, localizado no sexto andar do Anexo I desta Casa Legislativa.

RECIFE, 3 DE junho DE 2014.

Deputada Laura Gomes  
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ATO Nº. 939/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº77/2014, do Deputado João Fernando Coutinho, **RESOLVE:** exonerar CAIO DE AZEVEDO ALVES do cargo em comissão de Assistente de Gabinete, Símbolo PL-AGS, nomeando para o referido cargo EDJAILSON EUCLIDES BARBOSA, da Estrutura da Primeira Secretaria, nos termos da Lei nº 12.776/05, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 4 de junho de 2014.

Deputado GUILHERME UCHOA  
Presidente

Ordem do Dia

Sexágesima Quarta Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 05 de junho de 2014, às 10:00 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6293/2014  
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1828/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento que modifica a Lei nº 14.125 de 24 de agosto de 2010, que denomina Escola Técnica Estadual Severina Paraíso da Silva, a Escola Técnica Estadual a ser construída pelo Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Educação, no Município de Olinda – PE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 05/06/2014

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6294/2014  
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1917/2014, de autoria do Deputado Sérgio Leite que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de coletores de lixo reciclável pelas empresas que comercializam pneus no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 05/06/2014

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6295/2014  
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a estruturação da carreira e a remuneração dos ocupantes do cargo de Advogado da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 05/06/2014

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6296/2014  
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1977/2014, de autoria do Poder Judiciário que institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, o Bônus de Desempenho Jurisdicional – BDJ e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 05/06/2014

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1915/2014  
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Institui o Dia Estadual do Agente de Defesa Civil do Estado de Pernambuco, a ser comemorado anualmente no dia 15 de junho.

Com Emenda Aditiva nº 01/2014 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/04/2014

Discussão Única da Indicação nº 8161/2014  
Autor: Dep. Eduardo Porto

Apelo ao Presidente da Compesa no sentido de normalizar o abastecimento d’água no 2º Distrito do Município do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8162/2014  
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional** o município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8163/2014  
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional** o município de Paulista.



DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8164/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Igaracy.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8165/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de reforçarem as ações das <b>Atividades de Fornecimento da Alimentação Escolar</b> no município de Ipubi.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8166/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Gravatá.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8167/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Camocim de São Félix.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8168/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Itapissuma.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8169/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município da Ilha de Itamaracá.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8170/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Araçoiaba.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8171/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Abreu e Lima.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8172/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Vitória de Santo Antão.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8173/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Sairé.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8175/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de São Joaquim do Monte.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8176/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Glória de Goitá.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8177/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Chã Grande.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8178/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Barra de Guabiraba.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8179/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Bonito.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8180/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Escada.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8181/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Bezerros.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8182/2014</b> <b>Autor: Dep. Ricardo Costa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de incluírem nas metas da <b>Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional</b> o município de Chã de Alegria.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8183/2014</b> <b>Autor: Dep. Eduardo Porto</b>
Apelo ao Prefeito do Cabo de Santo Agostinho no sentindo de concluir a iluminação do Parque das Palmeiras em Ponte dos Carvalho município do Cabo de Santo Agostinho.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8184/2014</b> <b>Autor: Dep. Leonardo Dias</b>
Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia e ao Gerente de Divisão da Vivo no Nordeste no sentido de que seja instalada Antena de Telefonia Móvel da Vivo, no Distrito de Campo Alegre, Município de Lagoa do Ouro.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8185/2014</b> <b>Autor: Dep. Aluísio Lessa</b>
Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante do Corpo de Bombeiros de Pernambuco visando a implantação de uma Unidade do Corpo de Bombeiros Militar, no município de Goiana.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8187/2014</b> <b>Autor: Dep. Aluísio Lessa</b>
Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Infraestrutura do Estado e ao Presidente do Grupo Neoenergia no sentido de regularizar o fornecimento de energia elétrica no Loteamento Portelinha, como também a remoção e deslocamento das redes de alta tensão que passam por cima da comunidade no município de Goiana.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8187/2014</b> <b>Autor: Dep. Aluísio Lessa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Infraestrutura do Estado objetivando a perfuração de poços artesanais para o abastecimento d'água em Tejucupapo, Pontas de Pedra, Catuama, Barra de Catuama, Carne de Vaca, todos localizados no município de Goiana.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única da Indicação n° 8188/2014</b> <b>Autor: Dep. Aluísio Lessa</b>
Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Infraestrutura do Estado objetivando a recuperação da estrada conhecida como <b>Buraco do Tatu</b> , em Bom Jardim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3480/2014</b> <b>Autor: Dep. Dep. Isaltino Nascimento</b>
<b>Solicita que seja realizada Audiência Pública, no seio da Comissão de Saúde, em data e local a serem definidos, que tem por finalidade discutir a aplicação da Lei nº 12.589, de 26 de maio de 2004, que dispõe sobre a proibição do uso do amianto ou asbesto nas obras públicas e nas edificações no Estado de Pernambuco, atendendo aos objetivos indicados na Lei nº 9.055/95 de evitar o contato das pessoas com aquele material.</b>
DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3497/2014</b> <b>Autor: Dep. Zé Maurício</b>
Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Mariano José da Silva, ocorrido no dia 20 de maio do ano em curso, nesta Capital.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3498/2014</b> <b>Autor: Dep. André Campos</b>
Voto de Aplausos com os professores José Roberto de Souza Cavalcanti e Alexandre Buarque de Gusmão, eleitos, respectivamente, diretor e vice da Escola Politécnica de Pernambuco.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3499/2014</b> <b>Autor: Dep. André campos</b>
Voto de Aplauso com a pernambucana Vanessa Araujo, vice-campeã Panamericana de Katare no <b>28º Campeonato Panameri-cano Sênior</b> , realizado na cidade de Lima, no Peru.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3500/2014</b> <b>Autor: Dep. Eduardo Porto</b>
Voto de Aplausos aos Senhores Henrique Douglas Silva Gomes, Gerente Executivo da Unidade Prisional, Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros (PJALLB), e aos agentes penitenciários, Anderson Dias de Oliveira e Petrócio Emídio da Silva Filho, pelas suas atuações no exercício diário de suas funções em defesa de uma sociedade mais segura e protegida.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3501/2014</b> <b>Autor: Dep. Augusto César</b>
Voto de Pesar pelo falecimento da estimada Família Vieira Santos, notáveis cidadãos do município de São José do Belmonte, ocorrido no dia 1º de junho de 2014.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3502/2014</b> <b>Autor: Dep. João Fernando Coutinho</b>
Voto de Congratulações com o Município de Bodocó que completará 90 anos de sua emancipação política no próximo dia 12 de junho do corrente ano.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3503/2014</b> <b>Autor: Dep. João Fernando Coutinho</b>
Voto de Aplauso ao Município de Altinho que no próximo dia 28 de junho completará 115 anos de sua emancipação política.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3504/2014</b> <b>Autor: Dep. Aluísio Lessa</b>
Voto de Aplausos à Associação à Criança Deficiente (AACD ) na pessoa do Sr. Henrique Silveira pelos 15 anos desta instituição nesta Capital.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3505/2014</b> <b>Autor: Dep. Aluísio Lessa</b>
Voto de Aplausos à Secretária Executiva de Controle Urbano – Regional Arruda, Sra. Maria Alcina Dutra, à Regional Casa Amarela, Sra. Olímpia Aguiar Falcão e ao Corpo de Bombeiros de Pernambuco, Cel. BM Carlos Eduardo Poças A. Casa Nova pela fiscalização em estabelecimentos comerciais.
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3506/2014</b> <b>Autor: Dep. Aluísio Lessa</b>
Voto de Aplausos à Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), na pessoa do Sr. Paulo Teixeira de Farias, às Artesãs do Parque, na pessoa da Sra. Marina Falcão, ao Sr. Severino Rodrigo Ribeiro, ao Espaço Ciência, na pessoa do Sr. Antonio Carlos Pavão, ao Depto. De Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, na pessoa de Tarcísio Augusto Alves da Silva, ao Jornalista da TV Leia Já, Álvaro Duarte, a Asa Indústria, na pessoa do Sr. Eduardo Henrique, ao Jardim Botânico do Recife, na pessoa da Sra. Zenaíde Nunes, pelo <b>Prêmio Vasconcelos Sobrinho 2014</b> .
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014
<b>Discussão Única do Requerimento n° 3507/2014</b> <b>Autor: Dep. Zé Maurício</b>
<b>Solicita que seja realizado um Grande Expediente em caráter Especial no dia 7 de agosto do ano corrente, em homenagem aos 60 anos de ordenação sacerdotal do Monsenhor Romeu José Gusmão da Fonte.</b>
DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014

## Atas

ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2014, ÀS 14:30 HORAS..

**PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS GUILHERME UCHÔA E MARCANTÔNIO DOURADO**

AOS 03 (TRÊS) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 14 (QUATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, ERIBERTO MEDEIROS, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MANOEL SANTOS, MARCANTÔNIO DOURADO, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, EVERALDO CABRAL, ISALTINO NASCIMENTO, MARY GOUVEIA, TERESA LEITÃO E TEREZINHA NUNES, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA DOIS DO CORRENTE, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA, É ENVIADA À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO VINÍCIUS LABANCA PARA DESTACAR QUE A CIDADE DE SÃO LOURENÇO DA MATA ESTÁ PRONTA PARA O INÍCIO DA COPA DO MUNDO, DESTACANDO QUE ANDANDO PELAS RUAS DA CIDADE É POSSÍVEL OBSERVAR AS MUDANÇAS, CITANDO MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA, O AQUECIMENTO DO COMÉRCIO, INVESTIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS, ALÉM DO NOVO DISTRITO INDUSTRIAL EM TIÚMA, E ÁREAS URBANAS RENOVADAS. O DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI AFIRMA QUE DEVIDO A UM ERRO DA CELPE RELATIVO AO CÁLCULO DO POTENCIAL ENERGÉTICO REQUERIDO PARA SUPORTAR AS BOMBAS HIDRÁULICAS DA ADUTORA DO JATOBÁ, EM ARCOVERDE, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO ESTÁ SEM ÁGUA, EXPLICANDO QUE A ADUTORA CONSTRUÍDA NO AGRESTE FOI CONCLUÍDA NA SEMANA PASSADA E ESTAVA EM FASE DE TESTES, SENDO VERIFICADO QUE O SISTEMA ELÉTRICO NÃO SUPORTA A PASSAGEM DA ÁGUA PELAS TUBULAÇÕES. (ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO). O DEPUTADO BETINHO GOMES APRESENTA PROPOSIÇÃO INSTITUINDO A CRIAÇÃO DO DIA ESTADUAL DA PAZ NOS ESTÁDIOS PERNAMBUCANOS, EXPLICANDO QUE O DIA ESCOLHIDO FOI 2 DE MAIO, FAZENDO REFERÊNCIA À DATA DA MORTE DO TORCEDOR PAULO RICARDO GOMES DA SILVA, DE 26 ANOS, QUE FOI ATINGIDO POR UM VASO SANITÁRIO LANÇADO DAS ARQUIBANCADAS DO ESTÁDIO DO ARRUDA, APÓS A PARTIDA ENTRE SANTA CRUZ E PARANÁ, PELA SÉRIE B DO CAMPEONATO BRASILEIRO. O DEPUTADO ODACY AMORIM DEFENDE A REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, DESTACANDO SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO NORDESTE. FINALIZA RESSALTANDO QUE O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO, FOI CRIADO EM 2004, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E OUTRAS 14 PASTAS. O DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO COMEMORA A APROVAÇÃO NO SENADO DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DO TRABALHO ESCRAVO, PROPOSIÇÃO QUE DETERMINA A EXPROPRIAÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS E URBANOS ONDE FOR VERIFICADA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E A EXISTÊNCIA DE CULTURAS DE PLANTAS PSICOTRÓPICAS, SALIENTANDO A IMPORTÂNCIA DE COMBATER TODAS AS SITUAÇÕES QUE REMETEM À ESCRAVIDADE MODERNA. O DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA, ÚLTIMO ORADOR DO PEQUENO EXPEDIENTE SUGERE QUE O PAI, A MÃE, E AINDA O CÔNJUGE OU O RESPONSÁVEL PELA CRIAÇÃO E PROTEÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA, TENHA A JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA, SEM PREJUÍZO DE REMUNERAÇÃO, GARANTINDO CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA QUE OS RESPONSÁVEIS SEJAM CAPAZES DE ACOMPANHAR O TRATAMENTO DA PESSOA SOB SUA SUPERVISÃO. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS ANUNCIA A ORDEM DO DIA. É APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O PARECER DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL Nº 6264/2014, QUE OFERECE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1784/2014. ABERTA A DISCUSSÃO EM PLENÁRIO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE Nº 1925/2014 E NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, O SENHOR PRESIDENTE A ENCERRA. EM SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE INFORMA AO PLENÁRIO QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL. ASSUMEM A PRIMEIRA-SECRETARIA E A SEGUNDA-SECRETARIA OS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS E TONY GEL, RESPECTIVAMENTE. LOGO APÓS, O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA AO PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA A CHAMADA NOMINAL DOS SENHORES PARLAMENTARES PARA VOTAÇÃO. ISTO FEITO VOTAM SIM OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, ERIBERTO MEDEIROS, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JULIO

CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MANOEL SANTOS, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO (39). DEIXARAM DE VOTAR OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, EVERALDO CABRAL, ISALTINO NASCIMENTO, MARY GOUVEIA, TERESA LEITÃO E TEREZINHA NUNES. POR ESTAREM AUSENTES DO PLENÁRIO E O DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO, PRESIDENTE DESTA REUNIÃO, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ART. 65, INCISO IV, ALÍNEA C, DO REGIMENTO INTERNO (10). SENDO, POR CONSEQUINTE, APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1925/2014. É APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1977/2014. SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nº 1335/2013, 1546/2013, 1920/2014; E O SUBSTITUTIVO Nº 01/2013 AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nº S 1532/2013 E 1534/2014. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS 8124/2014 A 8138/2014 E OS REQUERIMENTOS NºS 3470/2014 A 3479/2014. O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES NºS 8161/2014 A 8188/2014, OS REQUERIMENTOS NºS 3497/2014 A 3507/2014 E ENCAMINHA ÀS PRIMEIRA, TERCEIRA E QUINTA COMISSÕES O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2028/2014, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. O SENHOR PRESIDENTE ENCIERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER SOLENE, PARA LOGO MAIS ÀS DEZOITO HORAS E QUARENTA MINUTOS, PARA HOMENAGEAR OS 10 ANOS DE CRIAÇÃO DA SPOK FREVO ORQUESTRA.

**ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO SOLENE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2014, ÀS 18:40 HORAS..**

**PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL**

AOS 03 (TRÊS) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 18 (DEZOITO) HORAS E 40 (QUARENTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALÚISIO LESSA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BOTAFOGO FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MANOEL SANTOS, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ANDRÉ CAMPOS, BETINHO GOMES, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHÔA, ISALTINO NASCIMENTO, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, TERESA LEITÃO E TEREZINHA NUNES. CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS HILDEBRANDO MARQUES PESSOA DÁ INÍCIO À SOLENIDADE DE HOMENAGEM AOS 10 ANOS DE CRIAÇÃO DA SPOK FREVO ORQUESTRA, DE ACORDO COM O REQUERIMENTO Nº 3116/2014, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES, CONVIDA A COMPOR A MESA DOS TRABALHOS OS SENHORES DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL, PRESIDENTE DESTA REUNIÃO; MAESTRO INALDO CAVALCANTE (SPOK), FUNDADOR DA ORQUESTRA HOMENAGEADA; INSTRUMENTISTA GILBERTO PONTES, FUNDADOR DA ORQUESTRA HOMENAGEADA; ISABELLA DE ROLDÃO, VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE; LEDA ALVES, SECRETÁRIA DE CULTURA DA PREFEITURA DO RECIFE; POLICARPO LYRA FILHO (MANINHO), PRIMEIRA PROFESSOR DE MÚSICA DOS MÚSICOS HOMENAGEADOS; LENI AMORIM, PRESIDENTE DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE MÚSICA. PASSA A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, QUE DECLARA ABERTA A REUNIÃO. OUVES-SE O HINO NACIONAL BRASILEIRO. O SENHOR PRESIDENTE RAIMUNDO PIMENTEL DESTACA EM SEU PRONUNCIAMENTO QUE A ORQUESTRA SE TORNOU UM INSTRUMENTO DE ENORME FORÇA NA DIVULGAÇÃO DA CULTURA PERNAMBUCANA. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES, AUTOR DO REQUERIMENTO PARA SALIENTAR QUE A HOMENAGEM É MAIS DO QUE JUSTA, POR TUDO O QUE SEUS MÚSICOS FAZEM PELA CULTURA DO ESTADO, AFIRMANDO QUE A ORQUESTRA CARREGA A TRADIÇÃO DO FREVO, MAS NÃO ABRE MÃO DA LIBERDADE, QUALIDADE E DE EXPERIMENTAÇÕES QUE RECRIAM O RITMO. O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS CONVIDA A TODOS A ACOMPANHAREM A APRESENTAÇÃO DO BLOCO DAS FLORES, INTERPRETANDO A MÚSICA “PASSO DE ANJO NO BLOCO DAS FLORES”, TEMA DO CARNAVAL 2014, COM LETRA E MELODIA DE RICARDO ANDRADE E ARRANJO DO MAESTRO MACAÍBA, ACOMPANHADO PELO QUINTETO “PASSO DE ANJO”. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO ANTÔNIO MORAES A ENTREGAR PLACA COMEMORATIVA ALUSIVA AO EVENTO AO MAESTRO INALDO CAVALCANTE (SPOK) E AO INSTRUMENTISTA GILBERTO PONTES, FUNDADORES DA ORQUESTRA HOMENAGEADA. O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS CONVIDA A TODOS A ACOMPANHAREM A APRESENTAÇÃO DO BLOCO DAS FLORES, INTERPRETANDO A MÚSICA “PASSO DE ANJO”, ACOMPANHADO DO BLOCO DAS FLORES E DO BLOCO EU QUERO MAIS, A MÚSICA “EVOCAÇÃO Nº 1”, DA AUTORIA DE NELSON FERREIRA. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO MAESTRO INALDO CAVALCANTE (SPOK) PARA DESTACAR A IMPORTÂNCIA DA SUA PARCERIA COM GILBERTO PONTES, A QUEM DEVE A ESSÊNCIA DO FREVO NO GRUPO. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO INSTRUMENTISTA GILBERTO PONTES, QUE RESSALTA A HONRA DE PARTICIPAR DE UM CONJUNTO MUSICAL QUE REPRESENTA A CULTURA PERNAMBUCANA EM TODO O MUNDO. O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS CONVIDA A TODOS A ACOMPANHAREM A APRESENTAÇÃO DO QUINTETO “PASSO DE ANJO”, ACOMPANHADO DOS BLOCOS DAS

“FLORES”, “EU QUERO MAIS” E “COM VOCÊ NO CORAÇÃO”. A MÚSICA “SABE LÁ O QUE É ISSO, DA AUTORIA DE JOÃO SANTIAGO”. O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS REGISTRA O RECEBIMENTO DE TELEGRAMAS LAMENTANDO A IMPOSSIBILIDADE DE COMPARECIMENTO NESTA REUNIÃO DOS SENHORES JOÃO LYRA NETO, GOVERNADOR DO ESTADO; RAUL HENRY E INOCÊNCIO OLIVEIRA, DEPUTADOS FEDERAIS, ALCIMAR MONTEIRO, CANTOR E AS PRESENCAS DOS SENHORES GINALDO PONTES E IDELIA PONTES, PAIS DO HOMENAGEADO GILBERTO PONTES; PAULO BARBOSA, PREFEITO DE MACAPARANA; CLAUDIO ALMEIDA, INSTRUMENTISTA E COMPOSITOR; HENRIQUE LEITE, VEREADOR DO RECIFE; NAIR ALBUQUERQUE E MELISSA ALBUQUERQUE, MÃE E ESPOSA DO MAESTRO SPOK; MAESTRO ADEMIR ARAÚJO (FORMIGA); SILVEIRINHA, ACORDEONISTA; NEY ARAÚJO, PRESIDENTE DO BLOCO DA SAUDE; PAULO PUGLIESI, DIRETOR DA FOLHA DE PERNAMBUCO; LUIZ BARBOSA, EMPRESÁRIO DA SPOK FREVO ORQUESTRA, CONVIDA OS PRESENTES A OUVIREM O HINO DE PERNAMBUCO, EXECUTADO PELO MAESTRO SPOK, CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, O QUAL AGRADECE PELAS PRESENCAS, ENCIERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

**Expediente**

**SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2014.**

**EXPEDIENTE**

**MENSAGEM Nº 88** - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando o Projeto de Lei nº 2029 que Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014. As 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

**MENSAGEM Nº 89** - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando a Emenda Modificativa nº 01 (para o 2º turno) que Modifica o Projeto de Lei Complementar nº 1925, que dispõe sobre a estruturação da carreira e a remuneração dos ocupantes do cargo de Advogado da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE. As 1ª, 2ª, 3ª e 10ª Comissões.

**MENSAGEM Nº 90** - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando o Projeto de Lei nº 2030 que Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014. As 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

**MENSAGEM Nº 91** - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando o Projeto de Lei nº 2031 que Inclui Ação no Plano Plurianual 2012/2015 e abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas, relativo ao exercício de 2014. As 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

**PARECERES NºS 6273, 6274 E 6292** - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 2008, 2009 e 2010. À Imprimir.

**PARECERES NºS 6275, 6277 E 6278** - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos de Lei nºs 1335, 1546 e 1920. À Imprimir.

**PARECER Nº 6276** - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 aos Projetos de Lei nºs 1532 e 1534. À Imprimir.

**PARECER Nº 6279** - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1925. À Imprimir.

**PARECER Nº 6280** - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável a Subemenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1822. À Imprimir.

**PARECER Nº 6281** - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1925. À Imprimir.

**PARECER Nº 6282** - DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1925. À Imprimir.

**PARECER Nº 6283** - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1145. À Imprimir.

**PARECER Nº 6284** - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 aos Projetos de Lei nºs 1369 e 1608. À Imprimir.

**PARECER Nº 6285** - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1824. À Imprimir.

**PARECER Nº 6286** - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1858. À Imprimir.

**PARECERES NºS 6287, 6288, 6289 E 6290** - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável aos Projetos de

Lei nºs 2008, 2009, 2010 e 2011. À Imprimir.

**PARECER Nº 6291** - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1925. À Imprimir.

**OFÍCIO Nº 339** - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando em devolução, no prazo previsto no artigo 23, § 3º, da Constituição do Estado, o Projeto de Lei Ordinária nº 1410/2014. Inteirada.

**OFÍCIO Nº 55** - DO PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DE APOIO JURÍDICO-LEGISLATIVO AO GOVERNADOR encaminhando, em devolução, os autógrafos das Leis Ordinárias nºs 15.301, datada de 26.5.2014; 15.302 e 15.303, datadas de 27.5.2014; Lei Complementar nº 281, datada de 02.6.2014. Inteirada.

**OFÍCIO Nº 1076130000/3975** - DO DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - OI PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7640, do Deputado João Fernando Coutinho. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 1076130000/3976** - DO DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - OI PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7597, do Deputado Adalberto Cavalcanti. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 1076130000/3978** - DO DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - OI PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7585, do Deputado Aglailson Júnior. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 1076130000/3979** - DO DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - OI PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7772, do Deputado Ricardo Costa. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 1076130000/3981** - DO DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - OI PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7828, do Deputado Aluício Lessa. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 795** - DO GERENTE REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7966 do Deputado Vinicius Labanca. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**CT- GRE NºS 05.081 E 05.079** - DIRETORIA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS DA CLARO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 7582 e 7583, do Deputado Aglailson Júnior. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 193** - DO GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÂNIA prestando esclarecimento acerca do Requerimento nº 3382, do Deputado Ricardo Costa. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 0308** - DA DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7851, do Deputado Ângelo Ferreira. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 172** - DO COORDENADOR DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM ESTADO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7591, do Deputado Adalberto Cavalcanti. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 033** - DO COORDENADOR-GERAL DE COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PRODUTOS E DESTINOS DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO DO MINISTÉRIO DO TURISMO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7902, do Deputado Alberto Feitosa. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**COMUNICADOS NºS 47000 A 47099 E 47100 A 47199** - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. As 2ª e 5ª Comissões

**Projetos**

**Projeto de Lei Ordinária Nº 2032/2014**

**Ementa:** Dispõe sobre a segurança bancária no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**DECRETA:**

**TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Aplicam-se aos estabelecimentos bancários e financeiros localizados em todos os Municípios do Estado da Pernambuco as regras de segurança contidas nesta Lei, que tem por finalidade propiciar melhores condições de segurança para clientes, usuários e funcionários dessas instituições.

Art. 2º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pela Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social, mediante convênio com o Ministério da Justiça, na forma desta Lei.

§ 1º As instituições financeiras referidas nesta Lei compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associação de poupança, suas agências, postos de atendimento, subagências e seções, ATMs e agências móveis, Central de Arrecadação, Agência Integrada, assim como as cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências.

§ 2º Os estabelecimentos financeiros compreendem, ainda, toda pessoa jurídica ou privada que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

Art. 3º O Poder Executivo estabelecerá, considerando a reduzida circulação financeira, requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências que contemplem, entre outros, os seguintes procedimentos:

I – necessidade de elaboração e aprovação de apenas um único plano de segurança por cooperativa singular de crédito, desde que detalhadas todas as suas dependências;

II – dispensa de contratação de vigilantes, caso isso inviabilize economicamente a existência do estabelecimento.

Art. 4º Deve remeter-se a Lei Nº 14.727, de 10 de julho de 2012, as medidas relacionadas a usos de equipamentos e objetos em instituições financeiras ou bancárias localizadas no território do Estado.

**CAPÍTULO I DOS CAIXAS ELETRÔNICOS**

Art. 5º As instituições financeiras públicas e privadas terão a incumbência de prover a segurança de seus caixas eletrônicos, bancos 24 horas e outros equipamentos assemelhados.

Art. 6º É obrigatória a presença de vigilante armado nas dependências onde funcionem terminais de autoatendimento, durante o período em que esses equipamentos estejam em funcionamento, com exceção dos postos de atendimento bancários instalados dentro de empresas que possuem sistema de segurança próprio.

Parágrafo único. Os vigilantes deverão usar colete à prova de bala nível 03 (três), portar arma de fogo e arma não letal autorizada, além de dispor de assento apropriado e escudo de proteção.

Art. 7º As instituições responsáveis pelos equipamentos de que trata este capítulo deverão instalar sistema eletrônico de vídeo monitoramento e gravação de imagens, em tempo real, através de circuito interno de televisão, interligado com central de controle fora do local monitorado.

Art. 8º É vedada a utilização pelas empresas especializadas na prestação de serviços de segurança privada dos serviços de militares, bombeiros, policiais civis, policiais militares, policiais federais ou rodoviários federais, guardas municipais e agentes carcerários, enquanto no efetivo exercício do seu cargo ou posto, mediante contrato ou quaisquer outras formas de vinculação.

Parágrafo único. Contada a inobservância à vedação estabelecida neste artigo, pela fiscalização do Ministério do Trabalho ou pela Secretaria de Segurança Pública ou Departamento da Polícia Federal, a empresa infratora ficará sujeita, após o devido processo de apuração, às penalidades determinadas pela Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1953.

Art. 9º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta Lei e demais legislação pertinentes.

**CAPÍTULO II DOS CARROS-FORTES**

Art. 10. As operações de suprimento ou recolhimento de valores executadas por empresas que operam carros-fortes junto aos equipamentos econômicos, financeiros e comerciais, no âmbito do Estado da Pernambuco, serão feitas, obrigatoriamente, em local protegido e apropriado.

§ 1º As operações de abastecimento e recolhimento dos carros-fortes só poderão acontecer quando clientes e usuários não estiverem no recinto da operação, devendo haver isolamento físico da área, a fim de garantir a incolumidade física dos vigilantes.

§ 2º Os estabelecimentos que possuírem área de estacionamento próprio deverão destinar área específica para essa finalidade, não podendo distar mais de 10m (dez metros) do estabelecimento objeto da operação, de forma a propiciar o melhor acesso e ampla segurança aos vigilantes e demais cidadãos.

§ 3º O recolhimento e o abastecimento de valores por empresas que operam veículos denominados carros-fortes, será efetuado no horário de 22:00h às 8:00h, considerado os seguintes segmentos econômicos, comerciais e financeiros:

I- Supermercados;

II- Shopping centers;

III- Instituições financeiras em geral;

IV- Centros abastecedores de gêneros alimentícios perecíveis;

V- Centros abastecedores atacadistas;

VI- Restaurantes, casas noturnas, sala de projeções e teatros;

VII- Postos oficiais de arrecadação de qualquer nível de governo;

VIII- Outros estabelecimentos que promovam atividades que gerem arrecadação considerável, passível de recolhimento por carro-forte.

**TÍTULO II DAS SEGURADORAS**

Art. 11. As instituições financeiras em funcionamento deverão manter apólices de seguro que incluam a cobertura a terceiros, por morte ou invalidez, e, ainda, indenização em decorrências de saques, assaltos ou roubos nas suas dependências, com valor mínimo de indenização equivalente a 100.000 (cem mil) UFIRS, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

Art. 12. Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor das instituições financeiras, apólice de seguros que incluia cobertura garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores, sem comprovação de descumprimento, pelo segurado, das exigências previstas nesta Lei.

Parágrafo único. As apólices contratadas sem a observância do disposto neste artigo não terão cobertura de resseguros pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 13. Nos seguros contra roubo e furto qualificado de instituições financeiras serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuírem, além dos requisitos mínimos de segurança, outros meios de proteção previstos nesta Lei, na forma de seu regulamento.

**TÍTULO III DA ORIENTAÇÃO PARA PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA**

Art. 14. A fim de prevenir ações de violência nos locais mencionados no art. 2º desta Lei, as instituições financeiras deverão tomar as seguintes providências adicionais de segurança:

I – afixar cartazes em suas áreas internas, em locais visíveis ao público, preferencialmente próximos aos caixas, informando, de forma clara e concisa, quando aos riscos de se conduzir numerais;

II – impedir nos espaços em frente aos caixas a presença de pessoas que não estão sendo atendidas;

III – fornecer orientação aos usuários para:

a) Evitar saques de grandes quantias;

b) Utilizar os serviços oferecidos de transferência de numerário.

TÍTULO IV  
DA ACESSIBILIDADE

Art. 15. As pessoas portadoras de marcapasso cardíaco artificial ou aparelhos similares, ficam dispensadas da revista por meio de portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes, mediante a apresentação de documento comprobatório de sua situação, sendo-lhes assegurada a utilização de acesso alternativo.

Art. 16. Aos cadeirantes e pessoas que tenham alguma dificuldade de locomoção, deverá haver alternativa de acesso aos estabelecimentos que disponham de portas magnéticas, a fim de evitar qualquer tipo de constrangimento.

Art. 17. Os estabelecimentos de que trata esta Lei deverão promover o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção, disponibilizando plataformas elevatórias, rampas de acesso com corrimões, piso podotátil, adequando as áreas de circulação externa com rebaixamento de meios-fios, retiradas de obstáculos como tampões, placas e postes.

TÍTULO V  
DAS DENÚNCIAS DE DESCUMPRIMENTO DESTA LEI

Art. 18. As entidades sindicais ou qualquer cidadão poderão representar junto aos órgãos competentes do Estado contra o descumprimento desta Lei, sendo-lhes facultada a identificação na denúncia apresentada.

TÍTULO VI  
DAS PENALIDADES

Art. 19. As infrações das normas de segurança bancária ficam sujeitas, conforme o caso, considerando-se a gravidade, a reincidência e condição econômica da instituição infratora, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I - advertência: na primeira autuação, a instituição será notificada para regularizar a pendência, em até 10(dez) dias úteis;

II - multa: persistindo a infração, será aplicada multa de até 10.000 (dez) UFIR(PE);

III - suspensão temporária de atividade;

IV – cassação de licença de funcionamento;

V – interdição, total ou parcial, da instituição: se, após 30(trinta) dias úteis de aplicação da segunda multa persistir a infração, o Estado procederá a interdição da instituição infratora;

VI – intervenção administrativa.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedendo no âmbito de procedimento administrativo, conforme a gravidade e/ou reincidência das infrações, pela autoridade administrativa.

Art. 20. A pena de multa será graduada de acordo com a gravidade da infração e será aplicada mediante procedimento administrativo, pela autoridade competente.

Art. 21. As penalidades previstas no art. 20 serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.

§ 1º A sanção de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias desaconselharem a cassação de licença, a interdição ou a suspensão da atividade.

§ 2º Pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição da penalidade administrativa, não haverá reincidência até o trânsito em julgado da sentença.

TÍTULO VIII  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. O Poder Executivo ficará autorizado a criar, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social, o Grupo de Trabalho de Segurança de Instituições Financeiras, composto pelo Secretário de Estado de Segurança e Defesa Social, pela Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Sindicatos e Associações dos Bancos do Estado da Pernambuco, representante de Empresa de Transporte de Valores e Sindicato dos Vigilantes, para debater os problemas da insegurança nas instituições financeiras e de crédito e propor alternativas que busquem garantir a integridade física e mental da sociedade e dos trabalhadores.

Art. 23. Para cumprimento desta Lei também deverão ser observados o que preceituum a Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983 e o Decreto Federal nº 89.056, de 24 de novembro de 1983.

Art. 24. As empresas já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que entrar em vigor o regulamento da presente Lei, sob pena de suspensão de seu funcionamento até que promovem essa adaptação.

Art. 25. A Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social poderá notificar as instituições financeiras, quanto ao cumprimento desta Lei.

Art. 26. O Poder Executivo regulamentará esta Lei para seu perfeito funcionamento.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

É alarmante a destreza, facilidade, audácia, crueldade e insensatez com o que se move o crime neste Estado.

A certeza da impunidade e o constitucional amparo dos direitos humanos, geram facínoras imberbes, mas não tanto que os impeça de violar todos os artigos do Código Penal em sua já notoriamente curta vida e carreira criminosas.

Por outro lado, é vergonhosa a frequência com que se conota a presença de policiais civis e militares, compondo quadrilhas e esquadrões de execuções.

E o cidadão? Só lhe restará a submissão a dois tipos de marginalização? Terá ele que optar entre o segmento podre do aparato policial – mal aparelhado e mal intencionado - ou submeter-se, passivo, amedrontado, ao domínio crescente do banditismo neste Estado?

A perplexidade toma conta de todos nós. Como legislador, penso com este projeto, estar dotando o Executivo e os organismos de segurança deste Estado de uma situação preventiva que lhe

permita melhor ordenar situações e o funcionamento de segmentos que geram a cobiça dos que vivem ao arrepio da Lei, ao mesmo tempo em que reduz a exposição da população à situações inesperadas de tiroteios indiscriminados, sem métodos e sem cautela, evitando mortes por balas sem endereço.

Em seu mais recente episódio de violência, temos a tentativa de assalto a um shopping da região Metropolitana do Recife ao qual culminou em morte e feridos quando do abastecimento de carro-forte.

Esta a proposição que submeto a discussão e análise de meus pares, para que seja votada conscientemente, após ampla discussão com o conjunto da sociedade visando seu aperfeiçoamento e sua aplicabilidade.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Clodoaldo Magalhães  
Deputado

Às 1ª , 3ª , 11ª e 12ª Comissões.

Projeto de Lei  
Ordinária N° 2033/2014

**Ementa:** Altera o nome da Escola Estadual de Nova Cruz, em Igarassu para Escola Estadual Benigno Cordeiro de Lima.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado para Escola Estadual Benigno Cordeiro de Lima a denominação da Escola Estadual de Nova Cruz, em Igarassu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O professor Benigno Cordeiro de Lima ingressou na Educação Estadual em 10 de setembro de 1990, sendo lotado na Escola Argentina Castelo Branco, em Olinda. Pouco tempo depois foi transferido para a Escola Nova Cruz em Nova Cruz I, bairro de Igarassu onde trabalhou com esmero e dedicação durante vinte e três anos, até o seu falecimento, em dezembro de 2013. Filho de Luiz Barbosa de Lima e dona Maria Amélia Cordeiro de Lima, era querido por todos os docentes e discentes, além dos funcionários. Era um educador competente, honesto, íntegro e participativo em todos os eventos na Escola, sempre comprometido com a educação dos seus alunos, querido por toda a comunidade escolar, seus educandos tinham uma grande admiração por sua pessoa. Assim, nada mais justo do que os nobres pares do Legislativo Estadual aprove o presente Projeto de Lei Ordinária por considerá-lo de grande reconhecimento a um homem que depositou seus conhecimentos na busca de uma educação com qualidade.

Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.

Guilherme Uchôa  
Deputado

Às 1ª , 3ª e 5ª Comissões.

Pareceres de Comissões

Parecer N° 5535/2013

**Projeto de Lei Ordinária nº 1584/2013**  
**Autoria:** Deputado Daniel Coelho

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA PROIBIR A INAUGURAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS INCOMPLETAS OU QUE NÃO ATENDAM AO FIM A QUE SE DESTINAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO PROPOSTO PELO RELATOR.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1584/2013, de autoria do Deputado Daniel Coelho, que visa proibir o Poder Público Estadual realizar solenidade, cerimônia ou qualquer ato para inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim que se destinam.

O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserida no **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.

Como leciona **Alexandre de Moraes**:

*“A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30).*

*São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)*

Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte:

*“Art. 25. ....*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”*

Por outro lado, a matéria do projeto de lei ora em análise **NÃO** se encontra inserida na esfera de iniciativa privativa do Governador do Estado, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses elencadas no artigo 19, § 1º da Constituição Estadual.

Contudo, é necessário efetuar algumas alterações na redação do projeto de lei ora em análise, razão pela qual proponho a aprovação do Substitutivo abaixo:

SUBSTITUTIVO Nº 01/2013  
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1584/2013

**Ementa:** Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1584/2013.

Art. 1º O Projeto de Lei Ordinária nº 1584/2013 passa a ter a seguinte redação:

***“Ementa: Proíbe a inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim a que se destinam, e dá outras providências.***

*Art. 1º É vedado ao Poder Público Estadual realizar solenidade, cerimônia ou qualquer ato para inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim que se destinam.*

*Art. 2º Para os fins desta Lei, compreende-se:*

*I - obra incompleta: aquela que não tenha sido concluída todas as etapas e especificações previstas em seu projeto;*

*II - obra que não atende ao fim a que se destina; e,*

*III- obra que, embora completa, existe algum fator que impeça à sua utilização.*

*Art. 3º Não se incluem nas vedações instituídas nesta Lei a inauguração de etapas de obras que possam, independentemente da conclusão integral do projeto, ter funcionalidade em termos individuais ou em conjunto com outras etapas já em funcionamento.*

*Art. 4º A vedação prevista nesta Lei abrange, igualmente, as obras que dependem de vitória e liberação de uso por parte dos órgãos competentes.*

*Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários à sua fiel execução.*

*Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”*

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1584/2013, de autoria do Deputado Daniel Coelho, com o substitutivo ora apresentado.

Antônio Moraes  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1584/2013, de autoria do Deputado Daniel Coelho, com o substitutivo proposto pelo relator.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e  
Justiça, em 11 de dezembro de 2013.

**Presidente em exercício:** Ângelo Ferreira.  
**Relator :** Antônio Moraes.  
**Favoráveis os (6) deputados:** Antônio Moraes, Augusto César, Daniel Coelho, Diogo Moraes, Rodrigo Novaes, Tony Gel.

REPUBLICADO

Parecer N° 6214/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 203/2011, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

**Ementa:** Obriga as empresas permissionárias e/ou concessionárias do transporte coletivo intermunicipal de passageiros a instalar recipientes coletores de lixo no interior dos coletivos, acompanhados de mensagens educativas, a fim de conscientizar os usuários acerca da necessidade de preservação ambiental.

Art. 1º As empresas concessionárias do transporte coletivo intermunicipal de passageiros ficam obrigadas a instalar recipientes coletores de lixo no interior dos veículos, acompanhados de mensagem educativa, a fim de conscientizar os usuários acerca da necessidade de preservação ambiental.

Art. 2º A mensagem educativa conterà a seguinte informação:

**“Preserve o meio ambiente. Não jogue lixo nas vias públicas.”**

Parágrafo único. A placa, com a mensagem mencionada no *caput*, deverá ser afixada em local de fácil visualização.

Art. 3º As empresas concessionárias designadas no art. 1º ficam obrigadas a proceder à higienização dos transportes coletivos através de detetizações periódicas, com a finalidade de evitar a proliferação de insetos.

Parágrafo único. As detetizações de que trata o *caput* deste artigo serão feitas em períodos que garantam a efetiva higienização dos veículos.

Art. 4º Os responsáveis pelo estabelecimento que descumprirem o disposto nesta Lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência, quando da primeira autuação da infração;

II – multa, quando da segunda autuação.

§ 1º A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R\$ 1.000,00 (um mil reais) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais), graduada de acordo com o porte do estabelecimento e o grau de reincidência.

§ 2º Os valores de que trata o § 1º deste artigo serão atualizados pelo índice do IPCA ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação

Art. 6º Está Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação oficial.

Adalto Santos  
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,  
em 21 de maio de 2014.

**Presidente:** Everaldo Cabral.  
**Relator :** Adalto Santos.  
**Favoráveis os (5) deputados:** Adalto Santos, Aglailson Júnior, Augusto César, Everaldo Cabral, Ramos.

REPUBLICADO

Parecer N° 6255/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1565/2013, já aprovado com suas respectivas Emendas, em segunda e última discussão e de acordo com o art.109 do Regimento Interno, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

**Ementa:** Torna obrigatória a presença de Farmacêutico Responsável Técnico nos quadros das empresas que realizam o transporte terrestre, ferroviário, aéreo e fluvial de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Art. 1º É obrigatória à presença de Farmacêutico Responsável Técnico habilitado nos quadros das empresas que realizam o transporte terrestre, ferroviário, aéreo e fluvial de medicamentos e insumos farmacêuticos.

§ 1º A obrigatoriedade prevista no *caput* se estende à matriz e às filiais das empresas situadas no Estado de Pernambuco.

§ 2º O profissional a que se refere este artigo deverá estar regularmente inscrito no Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco – CRF-PE.

Art. 2º As empresas que descumprirem as exigências contidas no art. 1º, ficarão sujeitas às sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor após 180 dias de sua publicação.

Augusto César  
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,  
em 29 de maio de 2014.

**Presidente:** Everaldo Cabral.  
**Relator :** Augusto César.  
**Favoráveis os (4) deputados:** Augusto César, Eduardo Porto, Everaldo Cabral, Manoel Santos.

REPUBLICADO

Parecer N° 6257/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 1814/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

**Ementa:** Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual do Delegado de Polícia Civil, a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de dezembro.

Art. 1º Fica instituído, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual do Delegado de Polícia Civil, a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de dezembro.

Art. 2º O Dia Estadual do Delegado de Polícia Civil não será considerado feriado civil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Augusto César  
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,  
em 29 de maio de 2014.

**Presidente:** Everaldo Cabral.  
**Relator :** Augusto César.  
**Favoráveis os (4) deputados:** Augusto César, Eduardo Porto, Everaldo Cabral, Manoel Santos.

REPUBLICADO

Parecer N° 6279/2014

**Emenda Modificativa nº 01/2014, apresentado pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, de sua autoria**

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO que VISA MODIFICAR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1925/2014,

QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA E A REMUNERAÇÃO DOS OCUPANTES DO CARGO DE ADVOGADO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º, II, IV, V DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, a Emenda Modificativa nº 01/2013, apresentada pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, de sua autoria. A Emenda Modificativa em apreço visa corrigir o Anexo Único do Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, no sentido de ajustar a carga horária de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais para o cargo de Advogado da Universidade de Pernambuco -UPE, mantendo, assim, a carga horária atualmente cumprida pela categoria, e cuja manutenção foi acordada em negociação.

#### 2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 204 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se insera na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes**: *“A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.”* (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302) Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: *“Art. 25. São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”*

Verifico que inexistem vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade na proposição ora em análise, posto que a matéria nela versada guarda pertinência com a tratada na proposição principal e não viola quaisquer normas constitucionais. Por outro lado, a matéria do projeto de lei ora em análise encontra-se insera na esfera de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 19, § 1º, II, IV da Constituição Estadual, *in verbis*: *“Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição. § 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:*

*II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo;*

*IV - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para a inatividade;* *V - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado e da Defensoria Pública; “*

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação da Emenda Modificativa nº 01/2013, apresentada pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, de sua autoria.

**Ângelo Ferreira**  
Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação da Emenda Modificativa nº 01/2013, apresentada pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, de sua autoria.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 4 de junho de 2014.**

**Presidente: Raquel Lyra.**  
**Relator : Ângelo Ferreira.**  
**Favoráveis os (6) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Waldemar Borges.**

## Parecer N° 6280/2014

Subemenda Substitutiva nº 01/2014, de autoria do Deputado Tony Gel, ao Substitutivo nº 01/2014, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1822/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR O ART. 3º DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2014 AO PROJETO

DE LEI ORDINÁRIA Nº 1822/2014. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE *PRODUÇÃO E CONSUMO* (ART. 24, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). INTELIGÊNCIA DO ART. 39, V DA LEI Nº 8.087, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, O QUAL VEDA A EXIGÊNCIA DO CONSUMIDOR DE VANTAGEM MANIFESTAMENTE EXCESSIVA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, Subemenda Substitutiva nº 01/2014, de autoria do Deputado Tony Gel, ao Substitutivo nº 01/2014, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1822/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, que objetiva incluir regramento para regulamentação do Projeto de Lei Ordinária nº 1822/2014.

O projeto de lei em referência tramita sob o regime ordinário.

#### 2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 204 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.. A matéria encontra-se insera na esfera de **competência legislativa concorrente** da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme estabelece o art. 24, V, da CF/88, *in verbis*:

*“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*.....*

*V – produção e consumo;”*

Nesse diapasão, objetiva o projeto evitar que o estabelecimento exija do consumidor vantagem excessiva na cobrança pelo serviço, que encontra respaldo no art. 39, inciso V da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, *ipsis litteris*:

*“Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:*

*.....*

*V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;”*

Inexistem, em suas disposições, vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação da Subemenda Substitutiva nº 01/2014, de autoria do Deputado Tony Gel, ao Substitutivo nº 01/2014, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1822/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral.

**Waldemar Borges**  
Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação da Subemenda Substitutiva nº 01/2014, de autoria do Deputado Tony Gel, ao Substitutivo nº 01/2014, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1822/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 4 de junho de 2014.**

**Presidente: Raquel Lyra.**  
**Relator : Waldemar Borges.**  
**Favoráveis os (7) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Sílvio Costa Filho, Tony Gel, Waldemar Borges.**

## Parecer N° 6281/2014

**Comissão de Administração Pública**  
**Emenda Modificativa Nº 01/2014, apresentada pelo Poder Executivo ao**  
**Projeto de Lei Complementar Nº 1925/2014, de**  
**Autoria do Poder Executivo**

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA MODIFICAR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1925/2014, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA E A REMUNERAÇÃO DOS OCUPANTES DO CARGO DE ADVOGADO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública a Emenda Modificativa Nº 01/2014, de apresentada pelo Podo Executivo ao Projeto de Lei Complementar Nº 1925/2014, de autoria do Poder Executivo, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

#### 2. Parecer do Relator

2.1- A presente Emenda Modificativa Nº 01/2014, ao Projeto de Lei Nº Complementar Nº 19251/2014, de autoria do Poder Executivo com o objetivo de alterar o Anexo Único do Projeto de Lei Original;

2.2- A Emenda Modificativa em apreço visa corrigir o Anexo Único do Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, no sentido de ajustar a carga horária de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais para o cargo de Advogado da Universidade de Pernambuco -UPE, mantendo, assim, a carga horária atualmente cumprida pela categoria, e cuja manutenção foi acordada em negociação;

2.3- Diante do exposto, esta relatoria entende que a presente Emenda Modificativa Nº 01/2014, ao Projeto de Lei Nº 1925/2014 está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, **uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que seja modificado o Anexo Único do Projeto de Lei Complementar Nº 1925/2014, de autoria do Poder Executivo.**

**Ângelo Ferreira**  
Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovada a Emenda Modificativa Nº 01/2014, Apresentada pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei Complementar Nº 1925/2014, também de autoria do Poder Executivo

**Sala da Comissão de Administração Pública,**  
**em 4 de junho de 2014.**

**Presidente: Raimundo Pimentel.**  
**Relator : Ângelo Ferreira.**  
**Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Rodrigo Novaes.**

## Parecer N° 6282/2014

#### 1 – Relatório

Vem a esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática a Emenda nº 01/2014, através da mensagem nº 89 de 03 de junho de 2014, ao Projeto de Lei nº 1925/2014, apresentada pelo Poder Executivo, para análise e emissão de parecer.

A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado.

#### 2 – Parecer do Relatório

A Emenda em análise modifica o Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, que dispõe sobre a estruturação da carreira e a remuneração dos ocupantes do cargo de Advogado da Fundação Universidade de Pernambuco – UPE.

O anexo único da presente proposição, dispõe a matriz de vencimento base do cargo de advogado, ocupante do grupo operacional técnico administrativo do quadro próprio de pessoal permanente da Fundação Universidade de Pernambuco – UPE, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e com valores válidos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Então como pode-se analisar a Emenda Modificativa em apreço visa corrigir o Anexo Único do Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, no sentido de ajustar a carga horária de 40 (quarenta) para trinta (trinta) horas semanais para o cargo de Advogado da UPE, mantendo, assim, a carga horária atualmente cumprida pela categoria, e cuja manutenção foi acordada em negociação.

Posto isso, reconhecendo a importância desta Emenda Modificativa do projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, opino pela aprovação do referido Projeto, de autoria do Poder Executivo.

**Daniel Coelho**  
Deputado

#### 3 – Conclusão da Comissão

Diante do exposto, opinamos no sentido de que o parecer desta Comissão, seja pela aprovação da Emenda Modificativa nº 01/2014 do Projeto de Lei Complementar nº 1925/14, de autoria do Poder Executivo.

**Sala da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, em 4 de junho de 2014.**

**Presidente em exercício: Pedro Serafim Neto.**  
**Relator : Daniel Coelho.**  
**Favoráveis os (5) deputados: Daniel Coelho, Francismar Pontes, Pedro Serafim Neto, Rildo Braz, Zé Maurício.**

## Parecer N° 6283/2014

**Comissão de Administração Pública**  
**Substitutivo Nº 01/2011, apresentado pela Comissão de**  
**Constituição, Legislação e Justiça ao**  
**Projeto de Lei Ordinária Nº 1145/2012**  
**Autoria: Deputado Betinho Gomes**

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA INTRODUIR ALTERAÇÕES NA LEI ESTADUAL Nº 12.770, DE 08 DE MARÇO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2014, DA PRIMEIRA COMISSÃO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 11452012, de autoria do Deputado Betinho Gomes, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição que modifica o Projeto de Lei original foi apresentada e aprovada no âmbito da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

#### 2. Parecer do Relator

2.1- O presente substitutivo altera integralmente o Projeto de Lei Ordinária Nº 1145/2012, de autoria do Deputado Betinho Gomes, com o objetivo de proceder alterações redacionais necessárias, a fim de sanar vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade existentes na proposição original;

2.2- O Substitutivo ora em comento visa alterar o Projeto de Lei Ordinária nº 1145/2012, passa a ter a seguinte redação

Ementa: introduz alterações na Lei Estadual nº 12.770, de 08 de março de 2005, dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado;

“Art. 1º A Lei Estadual nº 12.770, de 08 de março de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º .....

.....

**X- receber as receitas prescritas pelo profissional da seguinte forma:** (NR

.....

**d)** com o nome, a assinatura do profissional e seu carimbo com o número do CRM; (NR)

**e)** datada, posologia e dosagem; (AC)

.....

**XII –** .....

.....

**a)** todas as medicações, com dosagens utilizadas, propedêutica, diagnóstico ou hipótese de diagnóstico; (NR)

.....

**XIII –** .....

.....

**g)** integridade e acompanhamento psicológico. (AC)

.....

**XV -** ter a presença de acompanhante, nos exames pré-natais, no parto, trabalho de parto e pós-parto imediato, indicado pela parturiente; (NR)

.....

**XIX -** ser livre e expressamente consentido por escrito quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa; (NR)

.....

**XXIII –** acesso a um serviço organizado respeitando as necessidades e condições dos usuários, em local digno e adequado, observando uma relação horizontalizada entre usuário, seus familiares e a equipe multiprofissional; (AC)

**XXIV –** recebimento do sumário de alta com informações sobre o período de internação; (AC)

**XXV –** recebimento de sangue nas situações indicadas, mesmo que o número de doadores requerido pela instituição de saúde não tenha sido atingido; (AC)

.....

2.3-A Ficam os estabelecimentos públicos, conveniados ou terceirizados de saúde obrigados a manter esta Lei afixada em local visível. (AC);

2.4- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Primeira Comissão ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1145/2014, está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, **uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que seja introduzida alterações na Lei Estadual de 08 de março de 2005, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências.**

**Ângelo Ferreira**  
Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1145/2012, de autoria do Deputado Betinho Gomes...

**Sala da Comissão de Administração Pública,**  
**em 4 de junho de 2014.**

**Presidente: Raimundo Pimentel.**  
**Relator : Ângelo Ferreira.**  
**Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Rodrigo Novaes.**

## Parecer N° 6284/2014

**Comissão de Administração Pública**  
**Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de**  
**Constituição, Legislação e Justiça aos**  
**Projetos de Lei Ordinária Nºs 1369/2013 e 1608/2013, ambos de**  
**Autoria dos Deputados Henrique Queiroz e Sérgio Leite**

**EMENTA:** PROPOSIÇÕES QUE VISAM REGULAMENTAR PRAZOS PARA RESPOSTA POR PARTE DAS OPERADORAS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUANTO A AUTORIZAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS. RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2014, DA PRIMEIRA COMISSÃO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório



1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos Projetos de Lei Ordinária Nºs 1369/2013 e 1608/2013 , de autoria dos Deputados Henrique Queiroz e Sérgio Leite, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição que modifica os Projetos de Lei original foi apresentada e aprovada no âmbito da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente proposição altera integralmente os Projetos de Lei Ordinária Nºs 1369/2013 e 1608/2013, de autoria, respectivamente dos Deputados Henrique Queiroz e Sérgio Leite, com a finalidade de proceder alterações redacionais necessárias a fim de aperfeiçoar os Projetos de Lei original;

2.2- O Substitutivo ora em análise determinar prazos máximos para a autorização de exames e procedimentos que necessitem de análise prévia por parte das operadoras de planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências;

2.3-Art. 1º Altera a Lei Estadual nº 14.464, de 7 de novembro de 2011, Determina prazos máximos para autorização de exames, que necessitem de análise prévia, a serem cumpridos pelas empresas de planos de saúde, de acordo com a faixa etária do usuário

Para efeito da presente Lei ficam as operadoras de planos privados de assistência à saúde obrigadas a fornecer resposta de autorização de todos os exames e procedimentos que necessitem de análise prévia, a partir do momento em que forem solicitados por médicos ou cirurgiões-dentistas, credenciados ou não, nos seguintes prazos máximos:

I -quando o paciente for pessoa idosa, 24 (vinte e quatro) horas; (NR)

II - quando o paciente for criança ou adolescente, 48 (quarenta e oito) horas; (NR)

III - quando o paciente for adulto, 72 (setenta e duas) horas; (NR)

IV – quando o paciente estiver internado, independentemente da idade, 24 (vinte e quadro) horas. (AC)”

.....

2.4-”Art. 2º-A. Os prazos estabelecidos no art. 1º desta Lei poderão ser reduzidos pela metade desde que o médico ou cirurgião-dentista solicitante, mediante expressa e fundamentada justificativa, requeira. (AC)”

”Art. 2º-B. No caso de qualquer negativa de autorização de exames ou procedimentos a operadora de planos privados de assistência à saúde deverá disponibilizar para beneficiário, por escrito e em linguagem clara e adequada, documento no qual constem as justificativas para a negativa. (AC)”

”Art. 2º-C. Para efeito de cumprimento do disposto nesta Lei, as operadoras de planos privados de assistência à saúde deverão providenciar número de protocolo, gerado por seus serviços de atendimento ao consumidor, devendo informar o prazo máximo para resposta da solicitação nos termos da presente Lei. (AC)”

”Art. 3º As infrações às normas desta Lei ficam sujeitas às sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, previstas e regulamentadas nos artigos 56 a 60 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. (NR),

2.5-Ficam revogados os seguintes dispositivos;

I – (Revogado);

II - (Revogado);

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).”

2.6-”Art. 3º-A. A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante prévio procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.” (AC)

.....” ..

2.7- Ficam revogados os incisos I e II e os §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei Estadual nº 14.464, de 7 de novembro de 2011;

2.8-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo Nº 01/2013, apresentado pela Primeira Comissão aos Projetos de Lei Ordinária Nº 1369/2013 e 1608/2013 *estão em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, uma vez que evidencia o interesse público com instituição de normas legais que irão determinar prazos máximos para a autorização de exames e procedimentos que necessitem de análise prévia por parte das operadoras de planos privados de assistência à saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco.*

Mavíael Cavalcanti  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos Projetos de Lei Ordinária Nº 1369/2013 e 1608/2013, de autoria dos Deputados Henrique Queiroz e Sérgio Leite.

Sala da Comissão de Administração Pública,  
em 4 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.  
Relator : Mavíael Cavalcanti.  
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Rodrigo Novaes.

Parecer N° 6285/2014

Comissão de Administração Pública  
Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça  
Projeto de Lei Ordinária Nº1824/2014  
Autor: Deputado Isaltino Nascimento

EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA TOR-NAR OBRIGATÓRIO A TODA PESSOA JURÍ-DICA DE DIREITO PRIVADO QUE OPERA PLANOS OU SEGUROS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE A BUSCAR POR VAGAS NAS UNIDADES HOSPITALARES CONVENIADAS, E A REMOVER OS PACIENTES, DA SUA ORIGEM ATÉ A UNIDADE DISPONIBILIZA-DORA DA VAGA. RECEBEU O SUBSTITU-TIVO Nº 01/2014, DA PRIMEIRA COMIS-SÃO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS, NO MÉRITO, PELAAPRO-VAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição que modifica o Projeto de Lei original foi apresentada e aprovada no âmbito da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente proposição altera integralmente o Projeto de Lei Ordinária Nº1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, com a finalidade de proceder alterações redacionais necessárias a fim de aperfeiçoar o Projeto de Lei original;

2.2-O Substitutivo ora em análise objetiva tornar obrigatório todas as operadoras de assistência à saúde a efetuar procura por vagas nas unidades hospitalares conveniadas, e dá outras providências;

2.3-. Por oportuno, as infrações às normas desta Lei ficam sujeitas às sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, previstas e regulamentadas nos artigos 50 a 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

2.4-A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante prévio procedimento administrativo, assegurada ampla defesa;

2.5-Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

2.7- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Primeira Comissão ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1824/2014, *está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, uma vez que evidencia o interesse público com instituição de normas legais que irão dispor sobre a obrigatoriedade das operadoras de assistência à saúde a efetuar procura por vagas nas unidades hospitalares conveniada, dentro das especialidades oferecidas, no âmbito do Estado de Pernambuco.*

Ângelo Ferreira  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento.

Sala da Comissão de Administração Pública,  
em 4 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.  
Relator : Ângelo Ferreira.  
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Rodrigo Novaes.

Parecer N° 6286/2014

Comissão de Administração Pública  
Substitutivo Nº 01/2011, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1858/2014  
Autoria: Deputado Everaldo Cabral

EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA DIS- POR SOBRE A AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM REVENDEDORAS E CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS, INFORMANDO SOBRE ISENÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RECEBEU O SUBSTITU- TIVO Nº 01/2014, DA PRIMEIRA COMIS- SÃO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELAAPRO- VAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 18582014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição que modifica o Projeto de Lei original foi apresentada e aprovada no âmbito da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constituçiona- lidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- O presente substitutivo altera parcialmente o Projeto de Lei Ordinária Nº 1858/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, com o objetivo de proceder alterações redacionais necessárias, a fim de sanar vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade existentes na proposição original;

2.2- A proposição ora em análise visa dispor sobre a afixação de cartaz em revendedoras e concessionárias de veículos, informando sobre isenções específicas, e dá outras providências;

2.3-Registra-se, que ao tornar obrigatória a afixação de cartazes informando ao consumidor sobre isenções de impostos como IPI, ICMS e demais tributos, aos portadores de enfermidades de caráter irreversível.

2.4- Fica estabelecido que o cartaz deverá ser afixado em local de fácil visualização, medindo 297x420mm (Folha A3), com caracteres em negrito, contendo a seguinte informação: "Este estabelecimento respeita e cumpre a Lei: O consumidor portador de enfermidades de caráter irreversível tem direito a isenção de impostos e tributo, . solicite informações ao vendedor.;"

2.5- Para tanto, as infrações às normas desta Lei ficam sujeitas, conforme o caso, às sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, previstas e regulamentadas nos artigos 56 a 60 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

2.6-A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa;

2.7- Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação;

28- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Primeira Comissão ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1858/2014, *está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, uma vez que evidencia o interesse público com o estabelecimento de normas legais que irão permitir que seja obrigatória a afixação de cartazes informando ao consumidor sobre isenções de impostos como IPI, ICMS e demais tributos, aos portadores de enfermidades de caráter irreversível, no âmbito do Estado de Pernambuco.*

Mavíael Cavalcanti  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1858/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral..

Sala da Comissão de Administração Pública,  
em 4 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.  
Relator : Mavíael Cavalcanti.  
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Rodrigo Novaes.

Parecer N° 6287/2014

Comissão de Administração Pública  
Projeto de Lei Ordinária Nº 2008/2014  
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AL- TERAR A LEI N° 12.984, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E O SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRI- COS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELAAPRO- VAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2008/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 084 de 20 de maio de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa alterar a Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

2.2- A proposição ora em análise objetiva otimizar os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, de forma que a execução das aplicações do Fundo poderá ser reforçada com recursos de convênios e outras fontes disponíveis no órgão gestor do fundo;

2.3- O art. 62 da Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 62 .....  
.....

Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 60 podem ser aplicados diretamente por meio da programação anual de trabalho do órgão gestor do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.” (AC)

2.4- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este

Colegiado Técnico, *uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa modificar a Lei Nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.*

Ângelo Ferreira  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2008/2014, de autoria do Poder Executivo

Sala da Comissão de Administração Pública,  
em 4 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.  
Relator : Ângelo Ferreira.  
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Rodrigo Novaes.

Parecer N° 6288/2014

Comissão de Administração Pública  
Projeto de Lei Ordinária Nº 2009/2014  
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AL- TERAR A LEI N° 14.028, DE 26 DE MARÇO DE 2010, QUE CRIA A AGÊNCIA PERNAM- BUCANA DE ÁGUAS E CLIMA - APAC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELAAPROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2009/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 085 de 20 de maio de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa alterar a Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, e dá outras providências;

2.2- A proposição em comento objetiva modificar a referida Lei Estadual acima mencionada com a finalidade de estabelecer que, em relação ao percentual referido no caput do art. 28, da Lei em referência não serão computados os recursos originários do “superavit” de exercícios anteriores decorrentes da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de Energia Elétrica, que compõem a Receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, parcela que poderá ser utilizada doravante conforme dispuser o órgão gestor do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídrico;

2.3- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, *uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa modificar a Lei Nº 14.028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, estabelecendo que os recursos de que trata o caput, quando originários do respectivo “superavit” de exercícios anteriores ao de 2013, não se incluem no percentual ali referido, podendo ser utilizado conforme dispuser o órgão gestor do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.*

Mavíael Cavalcanti  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2009/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração Pública,  
em 4 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.  
Relator : Mavíael Cavalcanti.  
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Rodrigo Novaes.

Parecer N° 6289/2014

Comissão de Administração Pública  
Projeto de Lei Ordinária Nº 2010/2014  
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA INS- TITUIR O FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE APOIO À SECRETARIA DA FAZENDA – FA- SEFAZ. ATENDIDOS OS PRECEITOS LE- GAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2010/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 086 de 20 de maio de 2014, para análise e emissão de parecer;



**1.2-** A proposição em discussão encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

#### 2. Parecer do Relator

**2.1-**O presente Projeto de Lei visa colher autorização deste Poder Legislativo a fim de permitir que o Governo do Estado possa instituir o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda – FASEFAZ;

**2.2-**A proposição ora em análise objetiva institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda - FASEFAZ, a ser integralizado por até 5% (cinco por cento) da totalidade dos recursos alocados no Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias - FAAF, previsto no art. 12 da Lei nº 11.333, de 3 de abril de 1996;.

**2.3-**Cumpre destacar, que os recursos do FASEFAZ serão distribuídos mensalmente, de forma igualitária, aos servidores e empregados públicos do Poder Executivo Estadual, não integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Pública - Apoio Fazendário - GOGP - AF e do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco - GOATE, em efetivo exercício na Secretaria da Fazenda pelo período mínimo de 2 (dois) anos ininterruptos, observado o limite de 140 (cento e quarenta) beneficiários;

**2.4-**Registra-se que o Fundo instituído por esta Lei será gerido pela Superintendência Administrativa e Financeira - SAFI, da Secretaria da Fazenda. Por oportuno, a medida esclarece ainda que as percebidas pelos beneficiários do referido Fundo, nos termos desta Lei, não serão consideradas para fins de qualquer vantagem ou indenização, nem serão incorporadas aos proventos da aposentadoria.

**2.5-**Por fim, o Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará esta Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação;

**2.6-** As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar devem correr à conta das dotações orçamentárias próprias;

**2.7-** Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei Ordinária está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, **uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa instituir o FASEFAZ, a ser integralizado por até 5% (cinco por cento) da totalidade dos recursos alocados no Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias - FAAF, previsto no art. 12 da Lei nº 11.333, de 3 de abril de 1996. Os recursos do Fundo devem ser distribuídos mensalmente, de forma igualitária, aos servidores e empregados públicos do Poder Executivo Estadual;**

**Ângelo Ferreira**  
Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2010/2014, de autoria do Poder Executivo

**Sala da Comissão de Administração Pública,**  
**em 4 de junho de 2014.**

**Presidente: Raimundo Pimentel.**  
**Relator : Ângelo Ferreira.**  
**Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Rodrigo Novaes.**

## Parecer N° 6290/2014

**Comissão de Administração Pública**  
**Projeto de Lei Ordinária Nº 2011/2014**  
**Autoria: Poder Executivo**

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AUTORIZAR A SUPRESSÃO DE SEGMENTOS DE VEGETAÇÃO DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS ÁREAS QUE ESPECIFICA. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

**1.1-** Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2011/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 87 de 20 de maio de 2014, para análise e emissão de parecer;

**1.2-** A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

#### 2. Parecer do Relator

**2.1-** A presente propositura visa obter autorização deste Poder Legislativo a fim de permitir que o Governo do Estado possa promover a supressão de segmentos de vegetação em Áreas de Preservação Permanente especificadas na presente Lei;

**2.2-**O Projeto de Lei ora em discussão objetiva autorizar a supressão de segmentos de vegetação de preservação permanente, compostos de vegetação secundária de caatinga arbustiva e subarbustiva, de acordo com o inciso I do § 1º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, localizados em Áreas de Preservação Permanente - APP com altitude superior a 750 (setecentos e cinquenta) metros, cuja finalidade é viabilizar a implantação dos Parques Eólicos Ventos de Santa Brígida constante do Memorial descritivo: I, II, III, IV, V, VI e VII, nos Municípios de Caetés, Pedra e Paranatama, neste Estado.

**2-3-** Registra-se, que a referida supressão de segmentos de vegetação de que trata esta Lei, fica condicionada à compensação das vegetações suprimidas, com a preservação ou recuperação de ecossistemas semelhantes, em áreas no mínimo correspondentes às degradadas, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995;

**2.4-** A execução de qualquer obra ou serviço nos locais onde haverá supressão de vegetação permanente somente será iniciada depois de ultimado o licenciamento por parte da CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra;

**2-5-** Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, **uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa promover a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP), com a finalidade de viabilizar a implantação dos Parques Eólicos Ventos de Santa Brígida nos Municípios de Caetés, Pedra e Paranatama, neste Estado.**

**Mavíael Cavalcanti**  
Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2011/2014, de autoria do Poder Executivo,

**Sala da Comissão de Administração Pública,**  
**em 4 de junho de 2014.**

**Presidente: Raimundo Pimentel.**  
**Relator : Mavíael Cavalcanti.**  
**Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Rodrigo Novaes.**

## Parecer N° 6291/2014

**Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação**  
**PARECER A EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2014**  
**AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1925/2014**  
**Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco**  
**Autoria: Governador do Estado de Pernambuco**

**Ementa:** Modifica o Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, que dispõe sobre a estruturação da carreira e a remuneração dos ocupantes do cargo de Advogado da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE. ***Pela aprovação.***

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, através da Mensagem Governamental nº 89/2014, de 03 de junho de 2014, a Emenda Modificativa nº 01/2014, ao Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, de origem do Poder Executivo.

A proposição originária tem por objetivo fixar os novos valores de vencimento base para o cargo público de Advogado da Universidade de Pernambuco - UPE, a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Emenda Modificativa em apreço visa corrigir o Anexo Único do Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, no sentido de ajustar a carga horária de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais para o cargo de Advogado da Universidade de Pernambuco - UPE, mantendo, assim, a carga horária atualmente cumprida pela categoria, e cuja manutenção foi acordada em negociação.

#### 2. Parecer do Relator

As questões referentes à constitucionalidade, legalidade e juridicidade foram devidamente apreciadas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) com base nas atribuições que lhe são conferidas nos termos dos artigos 93 e 94 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. No âmbito da sua competência, o referido Colegiado aprovou a matéria na íntegra, por unanimidade.

Cabe a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação analisar os aspectos concernentes ao disposto nos artigos 95 e 96, observando também as atribuições comuns a todas as Comissões Permanentes relacionadas no supracitado regimento (art. 93).

Cabe ressaltar que foi informado por e-mail a esta Comissão, pela Ilma. Sra. Isadora Maia, Gerente Geral de Apoio Técnico e Jurídico ao Gabinete da Secretária de Administração, que a emenda modificativa apresentada em relação ao PLC nº 1925/2014 restringe-se, apenas, à correção da carga horária constante do Anexo do referido Projeto. Portanto, não há qualquer repercussão financeira, uma vez que a carga horária original dos Advogados da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE é de 30h e não 40h como apontado inicialmente no PLC.

Considerando a inexistência de conflitos com as legislações, orçamentária, financeira e tributária, opino pela aprovação da Emenda Modificativa nº 01/2014, ao Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, ambos oriundas do Poder Executivo.

**Rodrigo Novaes**  
Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que a Emenda Modificativa nº 01/2014, ao Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, ambos oriundas do Poder Executivo, está em condições de ser aprovado.

**Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e**  
**Tributação, em 4 de junho de 2014.**

**Presidente: Clodoaldo Magalhães.**  
**Relator : Rodrigo Novaes.**  
**Favoráveis os (4) deputados: Eriberto Medeiros, Henrique Queiroz, Leonardo Dias, Mavíael Cavalcanti.**

## Parecer N° 6292/2014

**Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2010/2014**

**Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco**  
**Autoria: Governador do Estado de Pernambuco**

**Ementa:** Institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda – FASEFAZ. ***Pela Aprovação.***

#### 1.Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o **Projeto de Lei Ordinária nº 2010/2014**, originado do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem nº 86, de 20 de maio de 2014, assinada pelo Governador do Estado de Pernambuco, o qual solicitou a observação do regime de urgência de que trata o Art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do referido Projeto de Lei.

A propositura institui o **Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda - FASEFAZ**, a ser integralizado por até 5% (cinco por cento) da totalidade dos recursos alocados no Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias - FAAF, previsto no art. 12 da Lei Nº 11.333, de 3 de abril de 1996. Tal disposição inserida na referida Lei determina que os recursos citados do FASEFAZ sejam distribuídos mensalmente, de forma igualitária, aos servidores e empregados públicos do Poder Executivo Estadual, não integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Pública - Apoio Fazendário - GOGP - AF e do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco - GOATE, em efetivo exercício na Secretaria da Fazenda pelo período mínimo de 2 (dois) anos ininterruptos, observado o limite de 140 (cento e quarenta) beneficiários.

São elencadas as hipóteses para a inclusão de postulantes a beneficiários do FASEFAZ (§ 2º do art. 1º).

#### 2. Parecer do Relator

As questões referentes à constitucionalidade, legalidade e juridicidade foram devidamente apreciadas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) com base nas atribuições que lhe são conferidas nos termos dos artigos 93 e 94 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. No âmbito da sua competência, o referido Colegiado aprovou a matéria na íntegra, por unanimidade.

Cabe a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação analisar os aspectos concernentes ao disposto nos artigos 95 e 96, observando também as atribuições comuns a todas as Comissões Permanentes relacionadas no supracitado regimento (art. 93).

Foi enviada pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco a seguinte documentação para instrução da matéria:

I.Declaração de adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual e de compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com garantia de respeito aos limites máximo e prudencial, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos seus artigos 20 e 22;  
IIParecer da Procuradoria de Apoio Jurídico-Legislativo ao Governador;  
IIIEstimativa do impacto orçamentário no exercício de 2014 e nos dois subsequentes:

Repercussão em 2014	Repercussão em 2015	Repercussão em 2016
R\$ 1.342.082,84	R\$ 2.300.713,44	R\$ 2.300.713,44

Foi acrescentada ainda Nota Técnica, produzida pela Superintendência de Gestão de Pessoas da Secretaria da Fazenda, onde é informado, a título de ilustração, que “o *Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias – FAAF, criado pela Lei Nº 11.333/96, é constituído por até 25% da receita proveniente das multas relativas aos impostos estaduais*”.

Considerando que a proposição está de acordo com as legislações financeira, orçamentária e tributária, opino favoravelmente à **aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2010/2014**, oriundo do Poder Executivo.

**Mavíael Cavalcanti**  
Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer fundamentado do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o **Projeto de Lei Ordinária nº 2010/2014**, de autoria do Governador do Estado, está em condições de ser **aprovado**.

**Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e**  
**Tributação, em 4 de junho de 2014.**

**Presidente: Clodoaldo Magalhães.**  
**Relator : Mavíael Cavalcanti.**  
**Favoráveis os (4) deputados: Eriberto Medeiros, Henrique Queiroz, Júlio Cavalcanti, Leonardo Dias.**

## Parecer N° 6293/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1828/2014, já aprovado em segunda e última discussão, e de acordo com o art.109 do Regimento Interno, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

**Ementa:** Modifica a Lei nº 14.125, de 24 de agosto de 2010.

Art. 1º A Ementa e o art. 1º da Lei nº 14.125, de 24 de agosto de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação: “Denomina de Escola Técnica Estadual Yalorixá Severina Paraíso da Silva, a unidade de Ensino Técnico Estadual ETE a ser construída pelo Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Educação, no Município de Olinda.  
Art. 1º Fica denominada Escola Técnica Estadual Yalorixá Severina Paraíso da Silva, a unidade de Ensino Técnico Estadual ETE a ser construída pelo Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Educação, no Município de Olinda.”  
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Aglailson Júnior**  
Deputado

**Sala da Comissão de Redação Final,**  
**em 4 de junho de 2014.**

**Presidente em exercício: Augusto César.**  
**Relator : Aglailson Júnior.**  
**Favoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Augusto César, Manoel Santos, Ramos.**

## Parecer N° 6294/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1917/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de coletores de lixo reciclável pelas empresas que comercializam pneus no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Art. 1º As empresas que comercializam pneus no Estado de Pernambuco ficam obrigadas a instalar coletores de lixo reciclável para pneus em suas dependências.  
Parágrafo único. Os coletores de que trata este artigo serão instalados no recinto da empresa vendedora e em local de fácil acesso.  
Art. 2º As empresas de que tratam esta Lei deverão providenciar o envio do material recolhido aos pontos de coleta disponibilizados pelo poder público, pelos fabricantes ou por outros integrantes da sociedade civil organizada.  
Art. 3º Os responsáveis pelo estabelecimento que descumprirem o disposto nesta Lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades:  
I – advertência, quando da primeira autuação da infração;  
II – multa, quando da segunda autuação.  
§ 1º A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R\$ 1.000,00 (um mil reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com o porte do estabelecimento e o grau de reincidência.  
§ 2º Os valores de tratam o § 1º deste artigo serão anualmente atualizados pelo índice utilizado para a atualização dos tributos estaduais  
Art. 4º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.  
Art. 5º Esta Lei entra em vigor após 120 dias da sua publicação.

**Aglailson Júnior**  
Deputado

**Sala da Comissão de Redação Final,**  
**em 4 de junho de 2014.**

**Presidente em exercício: Augusto César.**  
**Relator : Aglailson Júnior.**  
**Favoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Augusto César, Manoel Santos, Ramos.**

## Parecer N° 6295/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, já aprovado com sua respectiva Emenda, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

**Ementa:** Dispõe sobre a estruturação da carreira e a remuneração dos ocupantes do cargo de Advogado da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE.

Art. 1º Fica integrado ao Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, do Quadro Próprio de Pessoal Permanente da Fundação Universidade de Pernambuco – UPE, o cargo público de Advogado, de símbolo CAD, função Advogado, estruturado na forma desta Lei Complementar e, complementamente, na forma do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos instituído pela Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2007.

Art. 2º São atribuições exclusivas do cargo de que trata a presente Lei Complementar a consultoria jurídica, assessoria jurídica, representação judicial e extrajudicial da UPE, independentemente de mandato.

Art. 3º A matriz de vencimento base atribuída ao cargo de que trata esta Lei Complementar será composta de 4 (quatro) classes, dispostas em ordem crescente, identificadas pelos numerais romanos de “I” a “IV” e com intervalos de 5% (cinco por cento) entre si, e, cada uma dessas classes, por sua vez, compostas de 7 (sete) faixas salariais, simbolizadas pelas letras minúsculas “a” até “g”, com intervalos de 2% (dois por cento) entre si.

Parágrafo único. Os valores nominais de vencimento base de que trata o *caput* são os constantes do Anexo Único.

Art. 4º Os atuais ocupantes do cargo de que trata esta Lei Complementar serão enquadrados na matriz de vencimento base de que trata o art. 3º em uma única etapa, observado exclusivamente o critério de valor de remuneração.

Parágrafo único. O servidor será enquadrado, em 1º de junho de 2014, na respectiva classe e faixa salarial cujo valor nominal do vencimento base seja igual ou imediatamente superior ao valor do vencimento base percebido em 31 de dezembro de 2013, acrescido de 7,5% (sete e meio por cento).

Art. 5º O desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá mediante procedimentos de progressão horizontal, de uma faixa para aquela imediatamente subsequente; e de promoção, de uma classe para aquela imediatamente superior, ambos pelo exclusivo critério de avaliação de desempenho.

Parágrafo único. Os critérios da avaliação de desempenho a que se refere o *caput* serão definidos em Decreto.

Art. 6º As disposições da presente Lei Complementar são extensivas, no que couber, às respectivas aposentadorias e pensões pertinentes, observada a legislação previdenciária em vigor.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.



ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8192/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Moreno/PE.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Adilson Gomes da Silva Filho**, Prefeito do Município de Moreno, com endereço a Av. Sofrênio Portela, 3754 - Centro - Moreno/PE - CEP: 54800-000; ao Excelentíssimo Senhor **Dr. Sanclair Pedro Vieira Costa**, Vice-Prefeito do Município de Moreno, com endereço a Av. Sofrênio Portela, 3754 - Centro - Moreno/PE - CEP: 54800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Admilson Barbosa de Figueiredo**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Moreno, com endereço a Av. Sofrênio Portela, 3553 - Centro - Moreno/PE - CEP: 54800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Irapoan Neves de Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores de Moreno, com endereço a Av. Sofrênio Portela, 3553 - Centro - Moreno/PE - CEP: 54800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Rubem Nascimento de Lima**, Câmara Municipal de Vereadores de Moreno, com endereço a Av. Sofrênio Portela, 3553 - Centro - Moreno/PE - CEP: 54800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Carlos Eduardo Costa Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Moreno, com endereço a Av. Sofrênio Portela, 3553 - Centro - Moreno/PE - CEP: 54800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Pedro Mesquita Neto**, Câmara Municipal de Vereadores de Moreno, com endereço a Av. Sofrênio Portela, 3553 - Centro - Moreno/PE - CEP: 54800-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Ana Maria Matos dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Moreno, com endereço a Av. Sofrênio Portela, 3553 - Centro - Moreno/PE - CEP: 54800-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Patrícia Gonçalves Brasil**, Câmara Municipal de Vereadores de Moreno, com endereço a Av. Sofrênio Portela, 3553 - Centro - Moreno/PE - CEP: 54800-000; à **Presidência do Sindicato Rural de Moreno**, com endereço à Av. Cleto Campelo, 2695 – Centro – Moreno/PE – CEP: 54.800-000; a **Direção da Rádio Nova Pernambuco FM**, com endereço a Rua Janelino de Oliveira, 58 – Lot. Const. Maranhão – Bonança – Moreno/PE – CEP: 54.800-000; ao Professor **Vladimir Malheiros de Souza Carvalho**, Gestor da Escola Artur Mendonça, com endereço a Rua Djalma Montenegro, 140 - Centro – Moreno/PE - CEP 54.800.000; a Professora **Carla Susana Ribeiro Chaves**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Cardeal Dom Jaime Câmara, com endereço a Rua 1º de Maio, 212 - Centro – Moreno/PE - CEP 54.800.000; a Professora **Teresinha Ferreira de Sales**, Gestora da Escola Maria do Céu Bandeira, com endereço a Av. Agamenon Magalhães, 193 - Bonança –Moreno/PE – CEP: 54.800.000 e ao Professor **Diorgenes da Silva Siqueira**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Sofrônio Portela, com endereço a Rua Educadora Brandina Rocha, s/n - Centro - Moreno/PE - CEP 54.800.000.

**Justificativa**

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8193/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor

Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Nazaré da Mata/PE.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Egrinaldo Floriano Coutinho**, Prefeito do Município de Nazaré da Mata, com endereço a Rua Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssimo Senhor **José Mauricio de Andrade**, Vice-Prefeito do Município de Nazaré da Mata, com endereço a Rua Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Leonardo Carneiro Teobaldo**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Henrique Severiano de Brito Azedo**, Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Pedro Gomes de Farias Neto**, Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Salustiano Pereira de Araújo Neto**, Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Severino Antonio de Vasconcelos**, Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edelson Severo da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Ana Claudia de Araújo Albuquerque Soares**, Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssima Senhora Vereadora **Maristela Maribel de Fontes Araújo**, Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jonas Gomes de Araújo**, Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Tarciso Rodrigues do Nascimento**, Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Rostand Cysneiros Negromonte Filho**, Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, com endereço a Av. Marechal Dantas Barreto, 1338 - Centro - Nazaré da Mata/PE - CEP: 55800-000; à **Presidência da Rádio FM Nazaré Ltda.**, com endereço à Av. Deoclides Andrade Lima, 151 - Juá - Nazaré da Mata/PE – CEP: 55800-000 e a **Presidência do Sindicato Rural de Nazaré da Mata**, com endereço à Rua Dr. José Inácio, 12 - Sertãozinho– Nazaré da Mata/PE – CEP: 55.800-000.

**Justificativa**

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8194/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de São Vicente Férrer/PE.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Flavio Travassos Regis de Albuquerque**, Prefeito do Município de São Vicente Férrer, com endereço a Rua João de Araújo, 93 – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55860-000; ao Excelentíssimo Senhor **Roberto Cavalcanti de Andrade Lima**, Vice-Prefeito do Município de São Vicente Férrer, com endereço a Rua João de Araújo, 93 – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55860-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador

**Jairo Soares de Andrade**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Vicente Férrer, com endereço a Pátio João Francisco, 03 – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55860-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Evandro Paulino de Farias**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Vicente Férrer, com endereço a Pátio João Francisco, 03 – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55860-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Fernando Moura da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Vicente Férrer, com endereço a Pátio João Francisco, 03 – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55860-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Mario Domingos de Barros**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Vicente Férrer, com endereço a Pátio João Francisco, 03 – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55860-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Vicente Ferreira da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Vicente Férrer, com endereço a Pátio João Francisco, 03 – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55860-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Paulo Severino de Araújo Filho**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Vicente Férrer, com endereço a Pátio João Francisco, 03 – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55860-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Maria Silvana Cavalcanti de Moura Gonçalves**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Vicente Férrer, com endereço a Pátio João Francisco, 03 – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55860-000; a Professora **Janaina Xavier da Silva Vasconcelos**, Gestora da Escola Prof. João Barbosa de Almeida, com endereço a Rua João de Araújo, s/n – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55.860-000; a Professora **Cláudia de Lourdes Andrade Albuquerque**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Cel. João Francisco, com endereço a Rua Alcido Marrocos, s/n - Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55.860-000 e a Diretoria e Comunicadores da **Rádio Comunitária de São Vicente Férrer - Capibaribe Mirim FM 87.9**, com endereço à Rua Vigário André S/N – Centro – São Vicente Férrer/PE - CEP: 55860-000.

**Justificativa**

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.

Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8195/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Viçência/PE.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Paulo Tadeu Guedes Estelita**, Prefeito do Município de Viçência, com endereço a Rua Dr. Manoel Borba, 48 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; ao Excelentíssimo Senhor **Adjalison de Oliveira Vasconcelos**, Vice-Prefeito do Município de Viçência, com endereço a Rua Dr. Manoel Borba, 48 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Abdon Jose de Lima Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Viçência, com endereço a Av. Joaquim Falcão, 44 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antônio Galdino Neto**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Viçência, com endereço a Av. Joaquim Falcão, 44 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Francisco de Assis Barbosa do Carmo**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Viçência, com endereço a Av. Joaquim Falcão, 44 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Janio Batista Alves**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Viçência, com endereço a Av. Joaquim Falcão, 44 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **João Domingos da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Viçência, com endereço a Av. Joaquim Falcão, 44 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jose Augusto da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Viçência, com endereço a Av. Joaquim Falcão, 44 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José**

**Romeu Ataíde Sobrinho**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Viçência, com endereço a Av. Joaquim Falcão, 44 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Josenildo Pereira de Amorim**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Viçência, com endereço a Av. Joaquim Falcão, 44 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sandoval dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Viçência, com endereço a Av. Joaquim Falcão, 44 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55850-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçência**, com endereço à Rua Prof. Mota Albuquerque, 21 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55.630-000; à **Presidência da Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes**, com endereço à Rua Dr. Manoel Borba, 68 - 1 Andar - Sala 04 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55.630-000; à Professora **Ivânia Barbosa de Figueiredo**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Padre Guedes, com endereço a Rua Dr. Manoel Borba, 48 – Centro - Viçência/PE - CEP 55.850-000; ao Professor **Reginaldo Barbosa Bezerra**, Gestor da Escola Dr. Joaquim Correia, com endereço a Av. Estefânia Carneiro Cunha, s/n - Centro – Viçência/PE - CEP 55.850-000 e a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Viçência**, com endereço a Rua Manoel Borba, 68 – Centro – Viçência/PE – CEP: 55.850-000.

**Justificativa**

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.

Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8196/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Carnaíba/PE.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Carnaíba, **José Mário Cassiano Bezerra**, com endereço à Rua Presidente Kennedy, s/n, Carnaíba/PE - CEP: 55820-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Carnaíba, **Jeovane Adriano da Silva**, com endereço à Rua Presidente Kennedy, s/n, Carnaíba/PE - CEP: 55820-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **José Júnior Gomes Tenório**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Irenildo Pereira dos Santos**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **José Ivam Pereira**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Vanderbio Quixabeira da Silva**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Cicero Batista Lima**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba,, **José Everaldo Rodrigues Patriota**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Edval Morato da Silva**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Luiz Alberto da Silva**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Antônio Joaquim de Andrade**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Carnaíba **Maria Silvonete Carlos de Andrade**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Ruberval Amaral de Lira Junior**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; a **Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carnaíba**, com endereço à Rua José Martins, s/n - Centro – Carnaíba/PE – CEP: 56820-000; a Ilustríssima Senhora **Cecília Patriota**, Gerente Regional de Educação-GRE, com endereço a Rua Arthur Padilha, s/n - Centro - Afogados da Ingazeira - PE CEP: 56800-000; ao **Professor Antônio de Lisboa Nunes Gomes**, Gestor da Escola Técnica Estadual Professor Paulo Feire, com endereço a Rua Projetada, s/n - Santa Luzia – Carnaíba/PE - CEP 56.820-000; ao **Professor Marcos Emiliano Nascimento**, Gestor da Escola João Gomes dos Reis, com endereço a Rua Mário Melo, s/n - CEP 56.820.000– Centro - Carnaíba/PE - CEP 56.820-000; a **Professora Maria Aparecida Teotônio Pereira Rabêlo**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Joaquim Mendes da Silva, com endereço a Rua Presidente Kennedy, s/n – Centro - Carnaíba/PE - CEP 56.820.000 e a **Diretoria da Associação da**

**Rádio Comunitária Cristo Redentor FM**, com endereço a Praça Nossa Senhora de Lourdes, 132 – Centro – Carnaíba/PE – CEP: 56820-000.

<b>Justificativa</b>
----------------------

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

<b>Ricardo Costa</b> <b>Deputado</b>
---

## Indicação N° 8197/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, **no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Trindade/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Trindade, **Antonio Everton Soares Costa**, com endereço à Av. Central Sul, 567 – Centro - Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Trindade, **Jaecio Bizarro Almeida Sa**, com endereço à Av. Central Sul, 567 – Centro - Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Trindade, **Vereador Ubirajara Aarapje Andrade**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Allan Johnes de Moraes Galdino**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Edvan do Nascimento Silva**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Trindade, **Helbe da Silva Rodrigues**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Everaldo Antonio da Silva**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **João Leocadio Sobrinho**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Maurício Elias do Nascimento**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Francisco de Assis Pereira Freire**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Thayse Thacyanne Lins da Cunha**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trindade**, com endereço à Rua Guadalajara, 126 – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Pro<sup>º</sup> **Aluisio Miguel de Oliveira**, Gestor da Escola Profª Antonia Marinho Apolinário, com endereço a Rua Prudente de Moraes, s/n - Centro - Trindade/PE – CEP: 56.250.000; a Pro<sup>º</sup> **Luzia Gomes do Nascimento**, Gestora da Escola Hortêncio Pereira Lima, com endereço a Rua 29 de Janeiro, 141 - Centro - Trindade/PE – CEP: 56.250.000 e a Pro<sup>º</sup> **Maria Lucidalva de Sousa Santana**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Governador Muniz Falcão, com endereço a Rua 25 de Abril, 268 - Centro - Trindade/PE – CEP: 56.250.000.

<b>Justificativa</b>
----------------------

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objtivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

<b>Ricardo Costa</b> <b>Deputado</b>
---

## Indicação N° 8198/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, **no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Pombos/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Pombos, **Josuel Vicente Lins**, com endereço à Avenida Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55.630-000, à Excelentíssima Senhora Vice-Prefeita, **Rebeca Evangelista Lins**, com endereço à Avenida Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55.630-000, à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Pombos, **Vereadora Maria das Graças Bezerra**, com endereço à Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55.630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Daniel Rogério da Silva**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Pombos, **Sandra Valéria de Oliveira Silva**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Severino João do Nascimento**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Ronaldo Batista da Silva**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Salomão Gomes de Carvalho**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Luiz Felipe Ferreira**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Margarida de Barros Melo Santos**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **José Roberto dos Santos**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, à Senhora **Maria José da Silva Barros**, com endereço à Rua Dr. Inácio de Lemos, 06 – Bairro Novo – Pombos/PE – CEP: 55630-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombos**, com endereço à Travessa José Aniceto do Prado, 56 – Centro - Pombos/PE – CEP: 55630-000; a **Direção da Rádio Comunitária Brasil FM 98,50**, com endereço à Loteamento Vila Brasil,75 – Bairro Novo – Pombos/PE – CEP: 55.630-000; a Ilustríssima Senhora **Ana Maria Xavier de Melo Santos**, Gerente Regional de Educação-GRE, com endereço Rua Dr. José Augusto, s/n - Matriz de Santo Antônio - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55600-000 e a **Professora Jane Leonilda do Nascimento Cavalcante**, Gestora Escola de Referência em Ensino Médio Capitão Manoel Gomes D’Assunção, com endereço a Rua Esperidião Vieira Sandres, 86 - Centro – Pombos/PE – CEP: 55.630.000.

<b>Justificativa</b>
----------------------

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

<b>Ricardo Costa</b> <b>Deputado</b>
---

## Indicação N° 8199/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, **no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Passira/PE**.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Severino Silvestre de Albuquerque**, Prefeito do Município de Passira/PE, com endereço a Rua Maria Pereira da Silva, 87 - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao

Excelentíssimo Senhor **Edelson Gomes da Silva**, Vice-Prefeito do Município de Passira, com endereço a Rua Maria Pereira da Silva, 87 - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jamilson Pereira de Albuquerque**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Everildo José da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antônio Luis da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sebastião Jose da Silva Junior**, Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Paulo Pereira da Luz**, Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Severino do Nascimento**, Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Ernande Francisco da Silva Filho**, Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antônio Ronaldo Laurentino da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Vanessa Chalegre Pereira**, Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Renya Carla Medeiros da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Everaldo José da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Passira, com endereço a com endereço a Rua da Matriz, s/n - Centro - Passira/PE - CEP: 55650-000; ao **Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Rurais de Passira**, à Rua 1ª de Maio, 103 - Centro – Passira/PE – CEP: 55.650-000; a **Direção da Rádio Comunitária de Passira**, com endereço a Rua da Matriz, s/n – Centro – Passira/PE – CEP: 55650-000; a Professora **Rosângela Félix da Silva Ramos**, Gestora da Escola Cônego Fernando Passos, com endereço Rua Otaviano Soares de Albuquerque, s/n - Centro – Passira/PE - CEP: 55.650-000; ao Professor **Benedito Severino da Silva**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Manoel Guilherme da Silva, com endereço Rua Alto São José, 331 - Centro – Passira/PE - CEP: 55.650-000; a Professora **Rosa Maria Pereira de Albuquerque**, Gestora da Escola Estadual Professora Mariza José Barbosa da Silva, com endereço Vila Bengalas, s/nº - Centro – Passira/PE - CEP: 55.650-000; a Diretoria e Comunicadores da Associação de Comunicação e Cultura de Passira, com endereço a Rua da Matriz, s/n – Centro – Passira/PE – CEP: 55.650-000.

<b>Justificativa</b>
----------------------

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

<b>Ricardo Costa</b> <b>Deputado</b>
---

## Indicação N° 8200/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, **no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Santa Maria do Cambucá/PE**.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do município de Santa Maria do Cambucá, **Alex Robevan de Lima**, com endereço à Pç. Vicente Correia, 01 – Centro – Santa Maria do Cambucá – PE - CEP: 55765-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-prefeito do município de Santa Maria do Cambucá, **Severino de Almeida Filho**, com endereço à Pç. Vicente Correia, 01 – Centro – Santa Maria do Cambucá – PE - CEP: 55765-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Santa Maria do Cambucá, **Amaro Florentino Pessoa**, com endereço à Rua Pe. Luiz de Franco, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE - CEP: 55765-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Santa Maria do Cambucá, **Edilson Pereira da Silva**, com endereço à Rua Pe. Luiz de Franco, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE - CEP: 55765-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Santa Maria do Cambucá, **Amaro Florentino Pessoa**, com endereço à Rua Pe. Luiz de Franco, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE - CEP: 55765-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Santa Maria do Cambucá, **João José de Lima**, com endereço à Rua Pe. Luiz de Franco, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE - CEP: 55765-000; ao Excelentíssimo Senhor

Vereador Santa Maria do Cambucá, **Jorge José de Lima**, com endereço à Rua Pe. Luiz de Franco, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE - CEP: 55765-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Santa Maria do Cambucá, **José Claudio da Silva**, com endereço à Rua Pe. Luiz de Franco, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE - CEP: 55765-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Santa Maria do Cambucá, **José Francisco de Lima**, com endereço à Rua Pe. Luiz de Franco, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE - CEP: 55765-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Santa Maria do Cambucá, **Leonardo Enio de Assunção Queiroz**, com endereço à Rua Pe. Luiz de Franco, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE - CEP: 55765-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Santa Maria do Cambucá, **Reginaldo João de Souza**, com endereço à Rua Pe. Luiz de Franco, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá - CEP: 55765-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria do Cambucá**, com endereço à Praça Vicente Correia, 02 – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE – CEP: 55.765-000 e a **Presidência da Associação dos Moradores de Santa Maria do Cambucá**, com endereço à Praça Vicente Correia, 02 – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE – CEP: 55.765-000 e a Professora **Ana Luzia da Costa e Lima**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio João David de Souza, com endereço a Rua Dr. Agripino de Almeida, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE – CEP: 55.765-000.

<b>Justificativa</b>
----------------------

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

<b>Ricardo Costa</b> <b>Deputado</b>
---

## Indicação N° 8201/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, **no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Timbaúba/PE**.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **João Rodrigues da Silva Junior**, Prefeito do Município de Ilha de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **João Gomes Coutinho Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Glebson Marcio Barbosa de Araujo**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jacinto Ferreira Lima Neto**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jacques Ferreira Lima Filho**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Manoel da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jose Bernardo de Farias**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Uilisses Felinto Filho**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Severino Gomes da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Ivaneide Ferreira da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Paulo Ferreira da Silva Filho**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jurandi Lourenço dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Felipe de Moraes Vasconcelos**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Timbaúba, com endereço a Rua Dr. Alcibiades, 276 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55870-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba**, com endereço à Rua Almirante Barroso, 188 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55.870-000; à **Direção da Rádio Interativa FM**, com endereço à Rua Japão, s/n – Morro da Independência – Timbaúba/PE – CEP: 55.870-000; a **Direção da Rádio Nova Timbaúba FM**, com endereço à Rua Alto Santa Terezinha, s/n - Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55.870-000; a Professora **Anelucia Maria de Souza Correia**, Gestora da Escola Técnica Miguel Arraes de Alencar, com endereço a Rodovia PE-82, s/n - Loteamento Sapucaia – Timbaúba/PE - CEP: 55.700-000; ao Professor **Antônio José Barbosa dos Santos**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio, com endereço a Rua Manoel Xavier de Andrade, s/n - Centro – Timbaúba/PE - CEP: 55.700-000; ao Professor **Joselindo Inácio dos Santos**, Gestor da Escola Ana Eufrásia Cabral de Moura, com endereço a Av. Dr. Ferreira Lima, s/n - Centro – Timbaúba/PE - CEP: 55.700-000; a Professora **Michelle Morais Vieira**, Gestora da Escola Clóvis Salgado, com endereço a Rua Prof. Dionízio Dias de Oliveira, s/n - Jardim Guarani – Timbaúba/PE - CEP: 55.700-000; ao Professor **Aldair Gonçalves de Meneses Oliveira**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Jornalista Jader de Andrade, com endereço a Av. Maria Emília Cavalcanti, s/n, - Barro – Timbaúba/PE - CEP: 55.700-000; a Professora **Maria das Neves de Pontes Barbosa Lira**, Gestora da Escola Mariana Ferreira Lima, com endereço a Rua Zulmira de Andrade Borba, s/n - Centrocia – Timbaúba/PE - CEP: 55.700-



000; a Professora **Ana Coeli Gomes de Souza**, Gestora da Escola Prof. João Roberto Moreira, com endereço a 2ª Travessa Cel. Maranhão, s/n – Centro - Timbaúba/PE - CEP: 55.700-000; Professora **Ada Patrícia Gonçalves Alves**, Gestora da Escola Prof. José Mendes da Silva, com endereço a Rua Sete de Setembro – Centro - Timbaúba/PE - CEP: 55.700-000; ao Professor **José Arnaldo Pereira de Melo**, Gestor da Escola Profª Elisabeth Lyra, com endereço a Rua. Dr. João Veiga, 48 – Centro - Timbaúba/PE - CEP: 55.700-000; a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Timbaúba FM 96,9**, com endereço a Rua Alto Santa Terezinha, s/n – Centro - Timbaúba/PE – CEP: 55.700-000 e a **Diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas de Timbaúba – CDL**, com endereço a Rua Dr. Maciel Pinheiro, 200 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55.700-000.

### Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e a incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

**Ricardo Costa**  
Deputado

## Indicação N° 8202/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de São Lourenço da Mata/PE.

da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Lourenço da Mata, **Ettore Labanca**, com endereço à Praça Dr. Araújo Sobrinho, s/n - Centro - São Lourenço da Mata – CEP: 54735-565, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de São Lourenço da Mata, **Angelo Albanex Filho**, com endereço à com endereço à Praça Dr. Araújo Sobrinho, s/n - Centro - São Lourenço da Mata – CEP: 54735-565, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, Vereador **José Leopoldo Afonso Neto**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Adelison Barbosa de Moura**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Denis Alves de Souza**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Leonardo Barbosa dos Santos**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Rubens Maurício de Alencar**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Elias Bezerra Cavalcanti Junior**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Paulo de Miranda Sales**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Carlos André Barbosa Filho**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Antônio Barros de Souza Filho**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Celso Luiz dos Santos**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Jose Gabriel da Fonseca Neto**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Gilberto Queiroz Monteiro da Fonte**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Manoel Antonio da Silva**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Anderson Gomes Coutinho**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata, **Dorotea Rodrigues de Andrade Ribeiro**, com endereço à Rua Doutor Joaquim Nabuco, 208 - São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54730-970, ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas CDL, **Brivaldo Rodrigues de Moura**, com endereço à Rua Marechal Floriano Peixoto, 90 – Centro – São Lourenço da Mata/PE - CEP: 54735-000; a **Presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata/PE**, com endereço à Rua Armando Braga, 53 – Centro – São

Loureiro da Mata/PE – CEP: 54.735-370; à **Direção da Rádio Damata FM Pixete de São Lourenço da Mata**, com endereço à Rua Nova Esperança, 100 – Centro – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.735-370; à **Direção da Rádio Comunitária Oriental FM**, com endereço à Rua Nova Esperança B, 1º andar – Centro – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.735-370; a **Direção da Rádio e TV São Lourenço Net**, com endereço à 1ª Trav. Manoel Correia, 37 – Centro – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.735-370; a Professora **Severina Helena Vieira Borba**, Gestora da Escola 10 de Agosto, com endereço a Av. Manoel Quintão, s/n – Pixete – Centro – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.730.190; ao Professor **Jael Jordão Erminio Pessoa**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Conde Corrêa de Araújo, com endereço a Rua José de Alencar, 20 – Vila do Reinado – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.735.440; ao Professor **André Luiz Dantas Cintra de Siqueira**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Conde Pereira Carneiro, com endereço a Av. 08 de Maio, 223 – Centro – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.735.000; ao Professor **Jairo Jerônimo Andrade Junior**, Gestor da Escola Dona Leonor Porto, com endereço a Av. – Rua 37-A, n.º 08 – Parque Capibaribe – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.735.440; a Professora **Lucimar Severina de Santana e Silva**, Gestora da Escola Dr. Leônico Gomes de Araújo, com endereço a Rua Felinto Alves, s/n – Bela Vista – Capibaribe Parque – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.705.790; a Professora **Rosilda Moraes da Silva**, Gestora da Escola Ercina Lapenda, com endereço a Rua Minas Gerais, 209 – Centro – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.735-680; a Professora **Sidálva Firmino Tavares**, Gestora da Escola Prof. Agamenon Magalhães, com endereço a Rua Dr. Marcos Pessoa Guerra s/n – Capibaribe – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.740.630 e ao Professor **Francisco Bezerra de Queiroz**, Gestor da Escola Várzea Fria, com endereço a Rua Tabeião João Lago, s/n – Várzea Fria – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.740-710.

### Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e a incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.**

**Ricardo Costa**  
Deputado

## Indicação N° 8203/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

A decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Jaboatão dos Guararapes, **Elias Gomes da Silva**, com endereço à Avenida Barreto de Menezes, 1648 – Centro – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54.321-970; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Jaboatão dos Guararapes **Heraldo de Albuquerque Selva Neto**, com endereço à Avenida Barreto de Menezes, 1648 – Centro – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54.321-970; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, Vereador **Ricardo Cezar Valois de Araújo**, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Robson Leite de Melo**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Adelmo Pereira Lins**, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Adriano Alves Bezerra**, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Carlos Alberto Bezerra**, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Carlos José de Souza**, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Charles Daks Rodrigues de Aguiar**, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edmilson Monteiro da Silva**, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edson Severiano de Oliveira**, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, com

endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres -  
 Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao  
 Excelentíssimo Senhor Vereador Eduardo Gomes do  
 Nascimento, da Câmara Municipal de Vereadores do Município  
 de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins  
 de Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE -  
 CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Eurico da  
 Silva Moura, da Câmara Municipal de Vereadores do Município  
 de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins  
 de Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE -  
 CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Flavio Luiz  
 da Silva, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de  
 Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de  
 Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP  
 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Idivan Bezerra  
 da Silva, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de  
 Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de  
 Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP  
 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Jailton Batista  
 Cavalcanti, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de  
 Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de  
 Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP  
 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Janeton José  
 Basilio, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de  
 Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de  
 Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP  
 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador José Belarmino  
 de Sousa, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de  
 Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de  
 Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP  
 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Jose Leonardo  
 Diniz, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de  
 Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de  
 Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP  
 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Josivaldo  
 Rufino dos Santos, da Câmara Municipal de Vereadores do  
 Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à  
 Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos  
 Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor  
 Vereador Luciano Luiz de Almeida, da Câmara Municipal de  
 Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, com  
 endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres -  
 Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao  
 Excelentíssimo Senhor Vereador Manoel Pereira da Costa Neco,  
 da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão  
 dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade,  
 728 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-  
 200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Melquizedeque Lima  
 de Almeida, da Câmara Municipal de Vereadores do Município  
 de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins  
 de Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE -  
 CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Miguel  
 Antônio da Silva, da Câmara Municipal de Vereadores do  
 Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço à  
 Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres - Jaboatão dos  
 Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao Excelentíssimo Senhor  
 Vereador Misael Barbosa da Silva, da Câmara Municipal de  
 Vereadores do Município de Jaboatão dos Guararapes, com  
 endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 – Prazeres -  
 Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao  
 Excelentíssimo Senhor Vereador Nivaldo Virgílio de Lima, da  
 Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos  
 Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 -  
 Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao  
 Excelentíssimo Senhor Vereador Reinival Sampaio Dourado, da  
 Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos  
 Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 -  
 Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao  
 Excelentíssimo Senhor Vereador Samoel Gomes da Silva, da  
 Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos  
 Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 -  
 Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; ao  
 Excelentíssimo Senhor Vereador Sebastião Virgílio Vieira, da  
 Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaboatão dos  
 Guararapes, com endereço à Avenida Arão Lins de Andrade, 728 -  
 Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54450-200; a  
 Excelentíssima Senhora Secretária de Governabilidade  
 Integrada da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes,  
**Dra. Maria da Conceição Nascimento**, com endereço à  
 Avenida Barreto de Menezes, 1648 - Centro - Jaboatão dos  
 Guararapes/PE - CEP 54.321-970; a Professora **Yanna Carla da  
 Silva Melo**, Gestora da Escola Técnica Estadual Maximiano  
 Accioly Campos, com endereço a Av. Manoel Rabelo, s/n,  
 Engenho Velho Jaboatão – Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP:  
 54.160-000; a Professora **Gessiana Naan Barreto Marcelino**,  
 Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Adelaide  
 Pessoa Câmara, com endereço a Av. Barreto de Menezes, s/n -  
 Muribeca II - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.330.000; a  
 Professora **Andrea de Kássia dos Santos Silva**, Gestora da  
 Escola Alfredo Tenório, com endereço a Trav. Bernardino  
 Fonseca Lima, s/n - Cavaleiro - Jaboatão dos Guararapes/PE -  
 CEP: 54.250-001; a Professora **Manuela Santiago Pereira**,  
 Gestora da Escola Alto dos Guararapes, com endereço a Av.  
 Barreto de Menezes, s/n - Morro dos Guararapes - Prazeres -  
 Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.325.000; a Professora  
**Deysse Cristina Gomes da Silva**, Gestora da Escola Alzira da  
 Fonseca Brewel, com endereço a Rua Onze, s/n - Cajueiro Seco -  
 Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.330-221; a  
 Professora **Maria das Graças de Lima Goês**, Gestora da Escola  
 Amor Divino, com endereço a Rua São Bento, 835 - Jd. Jordão -  
 Morro dos Guararapes - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP:  
 54.320-050; a Professora **Ivanise Vicente de Alcântara  
 Borges**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio  
 Augusto Severo, com endereço a Rua Cosmorama, s/n -  
 Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.410-971; a  
 Professora **Quitéria Isabel Albuquerque dos Santos**, Gestora da  
 Escola Bartolomeu de Gusmão, com endereço a Rua  
 Cosmorama, s/n - Muribeca dos Guararapes - Piedade -  
 Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 51.130-080; a Professora  
**Ridalva Valéria Lopes Ferreira**, Gestora da Escola Benjamin  
 Constant, com endereço a Av. Gal. Manoel Rabelo, s/n - Socorro  
 - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.160.000; ao Professor  
**Lairton Flávio Vasconcelos**, Gestor da Escola Bernardo Vieira,  
 com endereço a Rua Barão de Lucena, 422 - Centro - Jaboatão  
 dos Guararapes/PE - CEP: 54.110.000; ao Professor **Jeison  
 Ângelo da Silva**, Gestor da Escola Compositor Luiz Gonzaga,  
 com endereço a Av. Barreto de Menezes, s/n Comd. Marcos  
 Freire - Mur. II - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.360.160;  
 ao Professor **Danilo José dos Santos**, Gestor da  
 Escola Desembargador José Neves Filho, com endereço a Rua  
 Dez, s/n Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.330.010;  
 ao Professor **Afrânio Luiz de Melo França**, Gestor da  
 Escola de Referência em Ensino Médio Desportista Rubem  
 Moreira, com endereço na 9ª Trav. Dr. Júlio Maranhão, s/n

Cajazeiro Seco - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.320.000; a Professora **Raquel Suilene da Fonseca**, Gestora da Escola Djalma Farias, com endereço a Rua Mário Melo, 25 - Prazeres - Muribeca - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.315.100; a Professora **Natercia Maria Miranda Bezerra**, Gestora da Escola Edmur Arlindo de Oliveira, com endereço a Av. 08 - Quadra 23 - Curado IV - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.270.070; a Professora **Andreza Cristina da Paz Almeida**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Edson Moury Fernandes, com endereço a Conj. Resid. Muribeca, s/n-Cohab - Murib. dos Guararapes - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.320.020; ao Professor **Antelmo dos Anjos Nascimento**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Felipe Camarão, com endereço a Rua Maria do Carmo Cruz, 221 - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.315.270; a Professora **Rizolanda Luiza Vauthier**, Gestora da Escola Frei Jaboatão, com endereço a Rua Frei Jaboatão, s/n - Vista Alegre - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.080.490; a Professora **Rosimere da Silva**, Gestora da Escola Frei Romeu Perêa, com endereço a Rua 14, s/n - Conjunto Residencial Curado I - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.240.140; ao Professor **Ricardo César de Barros Soares**, Gestor da Escola Henriqueta de Oliveira, com endereço a Estrada da Luz, s/n - Santo Aleixo - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.120.052; a Professora **Maria Solange Rodrigues da Silva**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Humberto Lins Barradas, com endereço a Rua Riacho da Prata, s/n - Muribeca - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.325.240; ao Professor **José Expedito Queiroz de Brito**, Gestor da Escola João Paulo I, com endereço a 1ª Trav. Fábio Maranhão, 108 - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.325.250; a Professora **Ericka Patrícia Ferreira Tenório**, Gestora da Escola José Gilcério, com endereço a Rua Sete de Setembro, s/n - Rio das Velhas - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.325.160; a Professora **Ademara Martins da Silva**, Gestora da Escola Ministro João Alberto, com endereço a Rua Jangadinha, 130 - Cavaleiro - Jangadinha - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.260.340; ao Professor **Rafael Máximo da Silva Ribeiro**, Gestor da Escola Murilo Braga, com endereço a Av. Agamenon Magalhães, s/n - Cavaleiro - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.230.640; a Professora **Janaina Carla Dornelas da Rocha**, Gestora da Escola Nestor Gomes de Moura, com endereço a Rua Boa Esperança, s/n - Vila Rica - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.090.470; ao Professor **Jesiniel Alexandre da Silva**, Gestor da Escola Nossa Escola, com endereço a Rua Manoel Felipe Santiago, 700 - Candeias - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54. 54.330.090; a Professora **Marta Beatriz de Araújo**, Gestora da Escola Alice Vilar de Aquino, com endereço a Praça Floriano Peixoto, s/n - Socorro - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.150.190; a Professora **Josefa Josineide de Medeiros**, Gestora da Escola Pedro Barros Filho, com endereço a Rua Rossini Roosevelt - Albuquerque, s/n - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.410.310; a Professora **Amanda Marques de Carvalho Gondim**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Poeta Mauro Mota, com endereço a Rua Artur Xavier, s/n - Socorro - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.150.190; ao Professor **Carlos Eduardo da Silva Pimentel**, Gestor da Escola Prof. Benedito Cunha Melo, com endereço no Conj. Resid. Praia do Sol, s/n - Barra de Jangada - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.470.290; ao Professor **Isamar Pereira Pita Torres**, Gestor da Escola Profª Costa Pinto, com endereço a Rua 15, s/n - Curado IV 3ª etapa - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.160.594; a Professora **Eliana Vieira Sales**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Profª Epitácio André Dias, com endereço a Av. Santo Elias, s/n - Cajazeiro Seco - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.330.230; a Professora **Maria Geralda de Andrade**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Profª Moacyr de Albuquerque, com endereço a Rua Joaquim Tenório, s/n - Cavaleiro - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.250.310; a Professora **Dalva Beatriz Argolo de Amorim**, Gestora da Escola Profª Cândida de Andrade Maciel, com endereço a Av. Santo Elias, s/n - Cajazeiro Seco - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.330.230; a Professora **Albertina Maria da Silva**, Gestora da Escola Profª Odete Antunes, com endereço a Rua Lagoa do Abrigo, 01 - Cavaleiro - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.250.040; a Professora **Alete Santos Ferreira**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Rodolfo Aureliano, com endereço a Praça N. Srª do Rosário, 665 - Centro - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.110.130; a Professora **Edilza Bandeira de Arruda Campos**, Gestora da Escola São Luiz, com endereço a Av. Barreto de Menezes, 1061, Prazeres Guararapes - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.325.040; a Professora **Aline Albuquerque Coelho**, Gestora da Escola Saturnino de Brito, com endereço a Avenida da Batalha, s/n - Prazeres Porta Larga - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.315.010; a Professora **Laudicéa Bezerra da Silva**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio, Senador Aderbal Jurema, com endereço a Rua 07, s/n - Curado IV - 1ª Etapa - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.270.060; ao Professor **Wagner Gomes de Souza**, Gestor da Escola Senador Petrólio Portela, com endereço a Av. Conde Pereira Carneiro Loteamento Grande Recife s/n - Sucupira - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.280.480; ao Professor **Wandekson José de Almeida Paiva**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Simão Bolívar, com endereço a Rua Leonardo da Vinci, s/n - Curado II - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.220.000; a Professora **Aparecida Oliveira da Silva**, Gestora da Escola Souza Brandão, com endereço a Av. Gal. Manoel Rabelo, 01 - Centro - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.160.000; ao Professor **Williams Andrade de Souza**, Gestor da Escola Supervisor Miriam Seixas, com endereço na 1ª Paralela Júlio Maranhão, s/n - Jardim Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.340.000; a Professora **Aurineide Ponciano da Silva**, Gestora da Escola Vila João de Deus, com endereço a Rua 03, s/n Vila João de Deus - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.340.706; a Professora **Karinne Carla Albuquerque de Oliveira**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Vila Rica, com endereço a Avenida 01, s/n - Conjunto Residencial Vila Rica - Vila Rica - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.090.470; a Professora **Josyneide Bezerra da Silva**, Gestora da Escola Zequinha Barreto, com endereço a Conj. Resid. Dom Helder Câmara - s/n Candeias - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.430.320; a **Diretoria e Comunicadores do Rádio Maranata**, com endereço a Rua Coronel Francisco Galvão, 195 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54400-190; a **Diretoria e Comunicadores do Rádio Novas de Paz**, com endereço a Rua Barão de Amaragi, nº 6 - S-102 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54400-180 e a **Diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas de Jaboatão dos Guararapes - CDL**, com endereço a Rua Visconde do Rio Branco, 341 - Centro - Jaboatão dos Guararapes - PE - CEP: 54110-140.



Senhora das Dores, com endereço a Rua Amaro Albino Pimentel, 120 - Areiro - Camaragibe/PE – CEP: 54.762-400; a Professora **Marivânia Monteiro de Sousa**, Gestora da Escola Nossa Senhora Perpetuo Socorro, com endereço a Av. Joaquim Ribeiro, 1.045 - Barreiras – Camaragibe/PE – CEP: 54.762.000; a Professora **Mirtes Maria Pereira dos Santos**, Gestora da Escola Profª Alice de Barros Maurício, com endereço a Av. Belmiro Corrêa de Araújo, 645 – Camaragibe/PE – CEP: 54.762.000; ao Professor **Leonaldo Gonzaga de Lima**, Gestor da Escola Prof. Antônio Carneiro Leão, com endereço a Rua Teófilo de Melo, s/n - Centro – Camaragibe/PE – CEP: 54.762.300; a Professora **Marcia da Cunha Mesquita Barros**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Carlos Frederico do Rego Maciel, com endereço a Rua Oscar André de Albuquerque, 118 - Timbi – Camaragibe/PE - CEP 54.765.380; ao Professor **Cleber Ricardo Saturnino dos Santos**, Gestor da Escola Prof. Nelson Chaves, com endereço a Av. Luiza de Medeiros, 600 - Tabatinga – Camaragibe/PE – CEP: 54.766.770; ao Professor **Aurelúcio Braga de Oliveira**, Gestor da Escola Santa Apolônia, com endereço a Av. Gal. Newton Cavalcanti, 1.650 - Nazaré – Camaragibe/PE – CEP: 54.753.220; ao Professor **Edvaldo Antonio de Moura**, Gestor da Escola Santa Mônica, com endereço a Av. Josadark Alves de França, 250 - Santa Mônica – Camaragibe/PE - CEP: 54.762.000; ao Professor **Alexandre Pereira de Souza**, Gestor da Escola Santa Sofia, com endereço a Av. Belmiro Corrêa, 313 - Centro – Camaragibe/PE – CEP: 54.750.330; a Professora **Maria Anita Cantarelli da Costa**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Tito Pereira de Oliveira, com endereço a Estrada de Aldeia - Km 12 - Araçá – Camaragibe/PE – CEP: 54.783-010; a Professora **Ednalva Cavalcanti da Silva Lopes**, Gestora da Escola Timbi, com endereço a Rua Oscar André de Albuquerque, 154 - Timbi – Camaragibe/PE – CEP: 54.765.380; a Professora **Corina Maria Serafim de Souza**, Gestora da Escola Torquato de Castro, com endereço a Rua Pedro Lessa, nº 252 – Aldeia – Camaragibe/PE – CEP: 54.786-000; a Professora **Emília Cristina Dias Cardoso**, Gestora da Escola Vale das Pedreiras, com endereço a Rua Pérola, s/n - Vale das Pedreiras – Camaragibe/PE – CEP: 54.753.790; a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Camará FM**, com endereço a Rua Severino Gomes da Silva, 43 – Centro – Camaragibe/PE – CEP: 54.762-580; a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Guarany**, com endereço a Av.Timbi, s/n – Parque São Francisco – Camaragibe/PE - CEP: 54765-240 e a **Diretoria da Camara de Dirigentes Lojistas de Camaragibe – CDL**, com endereço a Av. Dr. Belmiro Correia, 660 – Sala 207 – Timbi – Camaragibe/PE – CEP: 54.768-000.

Justificativa
<p>A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.</p> <p>O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.</p> <p>É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.</p> <p>Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.</p> <p><b>Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.</b></p>
<div><div><span><b>Ricardo Costa</b></span></div><div><span><b>Deputado</b></span></div></div>

## Indicação N° 8207/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no **sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Paudalho/PE**.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **José Pereira de Araújo**, Prefeito do Município de Paudalho/PE, com endereço a Rua Raul Bandeira, 20 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; a Excelentíssima Senhora **Abinóu Vasconcelos de Arruda**, Vice-Prefeita do Município de Paudalho, com endereço a Rua Raul Bandeira, 20 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edson Carlos da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Albertino Estevão de Oliveira Junior**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sergio Luiz Morais Dias**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sebastião José Araújo Cunha**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Ananias da Costa Macedo**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Severino Belarmino dos Santos Filho**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Milton José da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Luiz Carlos Machado**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a

Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Valquiria Marinho de Barros**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Lindalva Francisca de Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Wellington da Costa Macedo**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Neopolis Luiz de Oliveira Amorim**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Uemerson Feliciano Guerra**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Neopolis Luiz de Oliveira Amorim**, Câmara Municipal de Vereadores de Paudalho, com endereço a Rua João Alfredo, 100 - Centro - Paudalho/PE - CEP: 55825-000; ao **Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Rurais de Paudalho**, à Rua Senador Pinheiro Ramos,100 - Centro - Paudalho/PE – CEP: 55825-000; a **Direção da Rádio Comunitária de Paudalho FM**, com endereço a Rod. BR- 408 – KM-76 – (Prédio da Dislub) – Centro – Paudalho/PE – CEP: 55825-000; ao Professor **Paulo Fernando Cavalcanti da Silva**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Confederação do Equador, com endereço a Av. Confederação do Equador, 1.030 - Alto dois irmãos – Paudalho/PE - CEP: 55.825-000; a Professora **Lindinalva Vieira Jacinto Coelho**, Gestora da Escola Herculano Bandeira, com endereço a Av. Marechal Deodoro, 780 - Centro – Paudalho/PE - CEP: 55.825-000; a Professora **Andréia Carla Silva Bezerra**, Gestora da Escola José Antônio Fagundes, com endereço a Rua Piloto Ayrton Senna, s/n - Chã da Cruz – Paudalho/PE - CEP: 55.825-000; a Professora **Maria Sagres Gusmão dos Santos**, Gestora da Escola João Cavalcanti Petribu, com endereço a Travessa Dois Irmãos, A - n.º 68 - Alto do Cruzeiro – Paudalho/PE - CEP: 55.825-000; a Professora **Ângela Maria Borba de Andrade**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Monsenhor Landelino Barreto Lins, com endereço a Rua 04, nº 10 - Santa Tereza - Vila Asa Branca – Paudalho/PE - CEP: 55.825-000; a Professora **Maria Conceição Gomes de Vasconcelos**, Gestora da Escola Rachel Germano Azevedo de Lira, com endereço a Rua São Severino, 490 - Vila Gualadajara – Paudalho/PE - CEP: 55.825-000 e à **Diretoria e Comunicadores da Rádio Paudalho FM**, com endereço na Rua Vila da Pista, nº 2 - Centro – Paudalho/PE – CEP: 55825-000.

Justificativa
<p>A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.</p> <p>O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.</p> <p>É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.</p> <p>Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.</p> <p><b>Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.</b></p>
<div><div><span><b>Ricardo Costa</b></span></div><div><span><b>Deputado</b></span></div></div>

## Indicação N° 8208/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja feito veemente apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. João de Lyra Neto e ao Secretário de Infraestrutura, João Bosco de Almeida, a fim de que seja realizado recuperação do asfalto da PE 73, do trecho que liga a rodovia PE 060 ao Distrito de Cucaú, no município de Rio Formoso.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. João de Lyra Neto, Praça da República, S/N, Santo Antônio, Recife/PE, CEP 50010-928; ao Secretário de Infraestrutura, Av. Cruz Cabugá, 1111, Santo Amaro, Recife/PE, CEP 50040-000; ao Superintendente Regional do DNIT no Estado de Pernambuco, Euclides Bandeira de Souza Neto, Av. Antonio de Goês, 820, Pina, Recife/PE, CEP 510.10.000; ao Prefeito de Rio Formoso, Sr. Hely José de Farias, Rua Barão do Rio Branco, 153, Centro, CEP 55578-000 - Rio Formoso/PE;aos Vereadores da Câmara Municipal de Rio Formoso, na pessoa da Vereadora Josélia Maria de Carvalho,Rua Barão do Rio Branco, 133, CEP 55570-000, Rio Formoso/PE; ao Ex-vereador Marcondes Alves de Figueiredo, Rua Amélia Monteiro S/N, Cucaú, CEP 55.570.000.

Justificativa
<p>Tal solicitação se dá em razão do trecho acima citado, encontrar-se em péssimo estado de conservação, necessitando de recalcapeamento asfáltico, tendo em vista, que diariamente circulam por aquele trecho, inúmeras pessoas e transportes vindos de outros municípios.</p> <p>O Distrito de Cucaú é de fundamental importância para Rio Formoso, por ser sede da Usina Cucaú e também por parte considerável da população daquele município, ali residir, sendo aquele trecho da rodovia, a principal ligação entre Cucaú e Rio Formoso, além de ser trecho de ligação entre a PE 060 e a BR 101.</p> <p>Portanto, torna-se importante que seja realizada pavimentação naquela rodovia, para que seja garantido o deslocamento seguro de todos que fazem uso do referido trecho.</p> <p>Diante do exposto, solicito dos meus ilustres pares nesta casa de Joaquim Nabuco, o apoioamento para a aprovação desta Proposição.</p> <p><b>Sala das Reuniões, em 2 de junho de 2014.</b></p>
<div><div><span><b>Maviael Cavalcanti</b></span></div><div><span><b>Deputado</b></span></div></div>

## Indicação N° 8209/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, João Lyra Neto, para viabilizar junto a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco na pessoa do Sr. Aldo dos Santos, no sentido de incluir no Programa Leite de Todos, a Igreja Batista do município de Maraial/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**; ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura e Reforme Agrária do Estado de Pernambuco, Aldo dos Santos, na Av. Caxangá, 2200 – Cordeiro – Recife/PE – CEP: 50.711-000; a Exma. Sra. Prefeita de Maraial, **Maria Marlúcia de Assis Santos**; ao Ilmo. Sr. Vice-Prefeito de Maraial, **José Ademir Rodrigues de Oliveira e Silva**, ambos na Rua Dr. José Higino, s/n – Centro – Maraial/PE – CEP: 55.405-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Maraial, **Dimas Gomes de Carvalho**; aos Ilmos. Srs. **Vereadores** de Maraial, **Antonio Dionísio Jr, Carlos Alexandre Silva, Genival Silva, João Carlos Moura, José Rosivaldo Santos, Lucivaldo Barbosa, Maria Sidnéia Oliveira e Moacir Mendes**, todos na Av. Salvador Teixeira, s/n – Centro – Maraial/PE – CEP: 55.405-000.

Justificativa
<p>Com o Programa Leite de Todos, o Governo do Estado busca reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, com prioridade para crianças, gestantes e nutrízes, diária e gratuita de um litro de leite fluido pasteurizado pra família. Com isso haverá redução da mortalidade infantil, promoção da melhoria dos padrões de saúde e qualidade de vida das famílias carentes, fortalecimento das cadeias produtivas da bovinocultura e redução do êxodo rural.</p> <p>A presente indicação tem o objetivo de incluir no neste programa a Igreja Batista do município de Maraial.</p> <p>Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.</p> <p><b>Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.</b></p>
<div><div><span><b>Aluísio Lessa</b></span></div><div><span><b>Deputado</b></span></div></div>

## Indicação N° 8210/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente **APELO** ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, João Lyra Neto, para viabilizar junto a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco na pessoa do Sr. Aldo dos Santos, no sentido de dar continuidade ao Programa Leite de Todos, na Associação dos Moradores de Tabatinga e Adjacências no município de Camaragibe/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**; ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura e Reforme Agrária do Estado de Pernambuco, Aldo dos Santos, na Av. Caxangá, 2200 – Cordeiro – Recife/PE – CEP: 50.711-000; ao Exmo. Sr. Prefeito de Camaragibe, **Jorge Alexandre Soares da Silva**; ao Ilmo. Sr. Vice-Prefeito de Camaragibe, **João Bosco Gonçalves da Silva**, ambos na Av. Belmiro Correia, 2340 – Timbi – Camaragibe/PE – CEP: 54.768-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Camaragibe, **Adriano Pinto da Silva**; aos Ilmos. **Vereadores** de Camaragibe, **Alberes Souza, Antonio Borba, Armando Bezerra, Délio Xavier Jr., Edvaldo Lima, Eugênio Arruda, Geraldo Alves, Hélio Albino, João santos, José Roberto Accioly, Paulo André e Romero Ramos**, todos na Rua Dr. Domingos Sávio D. Martins, 258 – Centro – Camaragibe/PE – CEP: 54.750-000; a **Rádio Ação FM**, na Av. Timbi, 672 – Timbi – Camaragibe/PE – CEP: 54.765-240.

Justificativa
<p>Com o Programa Leite de Todos, o Governo do Estado busca reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, com prioridade para crianças, gestantes e nutrízes, diária e gratuita de um litro de leite fluido pasteurizado pra família. Com isso haverá redução da mortalidade infantil, promoção da melhoria dos padrões de saúde e qualidade de vida das famílias carentes, fortalecimento das cadeias produtivas da bovinocultura e redução do êxodo rural.</p> <p>O presente APELO tem o objetivo de dar continuidade a este programa para o Conselho dos Moradores de Tabatinga e Adjacências, no município de Camaragibe.</p> <p>Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.</p> <p><b>Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.</b></p>
<div><div><span><b>Aluísio Lessa</b></span></div><div><span><b>Deputado</b></span></div></div>

## Indicação N° 8211/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente **APELO** ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, João Lyra Neto, para viabilizar junto a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco na pessoa do Sr. Aldo dos Santos, no sentido de dar continuidade ao Programa Leite de Todos, na Associação dos Moradores de Tabatinga I no município de Camaragibe/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**; ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura e Reforme Agrária do Estado de Pernambuco, Aldo dos Santos, na Av. Caxangá, 2200 – Cordeiro – Recife/PE – CEP: 50.711-000; ao Exmo. Sr. Prefeito de Camaragibe, **Jorge Alexandre Soares da Silva**; ao Ilmo. Sr. Vice-Prefeito de Camaragibe, **João Bosco Gonçalves da Silva**, ambos na Av. Belmiro Correia, 2340 – Timbi – Camaragibe/PE – CEP: 54.768-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Camaragibe, **Adriano Pinto da Silva**; aos Ilmos. **Vereadores** de Camaragibe, **Alberes Souza, Antonio Borba, Armando Bezerra, Délio Xavier Jr., Edvaldo Lima, Eugênio Arruda, Geraldo**

**Alves, Hélio Albino, João santos, José Roberto Accioly, Paulo André e Romero Ramos**, todos na Rua Dr. Domingos Sávio D. Martins, 258 – Centro – Camaragibe/PE – CEP: 54.750-000; a **Rádio Ação FM**, na Av. Timbi, 672 – Timbi – Camaragibe/PE – CEP: 54.765-240.

Justificativa
<p>Com o Programa Leite de Todos, o Governo do Estado busca reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, com prioridade para crianças, gestantes e nutrízes, diária e gratuita de um litro de leite fluido pasteurizado pra família. Com isso haverá redução da mortalidade infantil, promoção da melhoria dos padrões de saúde e qualidade de vida das famílias carentes, fortalecimento das cadeias produtivas da bovinocultura e redução do êxodo rural.</p> <p>O presente APELO tem o objetivo de dar continuidade a este programa para o Conselho dos Moradores de Tabatinga I, no município de Camaragibe.</p> <p>Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.</p> <p><b>Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.</b></p>
<div><div><span><b>Aluísio Lessa</b></span></div><div><span><b>Deputado</b></span></div></div>

## Indicação N° 8212/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente **APELO** ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, João Lyra Neto, para viabilizar junto a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco na pessoa do Sr. Aldo dos Santos, no sentido de dar continuidade ao Programa Leite de Todos, na Fundação Severino Ferreira dos Santos no município de Bom Jardim/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**; ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura e Reforme Agrária do Estado de Pernambuco, Aldo dos Santos, na Av. Caxangá, 2200 – Cordeiro – Recife/PE – CEP: 50.711-000; ao Exmo. Sr. Prefeito de Bom Jardim, **Jonathas Miguel Arruda Barbosa**; ao Ilmo. Sr. Vice-Prefeito de Bom Jardim, **Antonio Belarmino da Silva**, ambos na Praça Barão de Lucena, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, **João Francisco de Lima**; aos Ilmos. **Vereadores** de Bom Jardim, todos na Rua Manoel Augusto, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; ao Ilmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim, **João Francisco de Lima**, na Rua Israel Fonseca, 96 – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; a **Rádio Cult FM**, na Rua Jerônimo Heráclio, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000.

Justificativa
<p>Com o Programa Leite de Todos, o Governo do Estado busca reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, com prioridade para crianças, gestantes e nutrízes, diária e gratuita de um litro de leite fluido pasteurizado pra família. Com isso haverá redução da mortalidade infantil, promoção da melhoria dos padrões de saúde e qualidade de vida das famílias carentes, fortalecimento das cadeias produtivas da bovinocultura e redução do êxodo rural.</p> <p>O presente APELO tem o objetivo de dar continuidade a este programa para a Fundação Severino Ferreira dos Santos, no município de Bom Jardim.</p> <p>Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.</p> <p><b>Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.</b></p>
<div><div><span><b>Aluísio Lessa</b></span></div><div><span><b>Deputado</b></span></div></div>

## Indicação N° 8213/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente **APELO** ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, João Lyra Neto, para viabilizar junto a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco na pessoa do Sr. Aldo dos Santos, no sentido de dar continuidade ao Programa Leite de Todos, na Igreja Batista no município de Bom Jardim/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**; ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura e Reforme Agrária do Estado de Pernambuco, Aldo dos Santos, na Av. Caxangá, 2200 – Cordeiro – Recife/PE – CEP: 50.711-000; ao Exmo. Sr. Prefeito de Bom Jardim, **Jonathas Miguel Arruda Barbosa**; ao Ilmo. Sr. Vice-Prefeito de Bom Jardim, **Antonio Belarmino da Silva**, ambos na Praça Barão de Lucena, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, **João Francisco de Lima**; aos Ilmos. **Vereadores** de Bom Jardim, todos na Rua Manoel Augusto, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; ao Ilmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim, **João Francisco de Lima**, na Rua Israel Fonseca, 96 – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; a **Rádio Cult FM**, na Rua Jerônimo Heráclio, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000.

Justificativa
<p>Com o Programa Leite de Todos, o Governo do Estado busca reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, com prioridade para crianças, gestantes e nutrízes, diária e gratuita de um litro de leite fluido pasteurizado pra família. Com isso haverá redução da mortalidade infantil, promoção da melhoria dos padrões de saúde e qualidade de vida das famílias carentes, fortalecimento das cadeias produtivas da bovinocultura e redução do êxodo rural.</p> <p>O presente APELO tem o objetivo de dar continuidade a este programa para a Igreja Batista, no município de Bom Jardim.</p> <p>Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.</p>

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Aluísio Lessa  
Deputado

Indicação N° 8214/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente **APELO** ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, João Lyra Neto, para viabilizar junto a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco na pessoa do Sr. Aldo dos Santos, no sentido de dar continuidade ao Programa Leite de Todos na Associação dos Moradores de Lagoa Grande, no distrito de Umari, município de Bom Jardim/PE. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**; ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura e Reforme Agrária do Estado de Pernambuco, Aldo dos Santos, na Av. Caxangá, 2200 – Cordeiro – Recife/PE – CEP: 50.711-000; ao Exmo. Sr. Prefeito de Bom Jardim, **Jonathas Miguel Arruda Barbosa**; ao Ilmo. Sr. Vice-Prefeito de Bom Jardim, **Antonio Belarmino da Silva**, ambos na Praça Barão de Lucena, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, **João Francisco de Lima**; aos Ilmos. **Vereadores** de Bom Jardim, todos na Rua Manoel Augusto, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; ao Ilmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim, **João Francisco de Lima**, na Rua Israel Fonseca, 96 – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; a **Rádio Cult FM**, na Rua Jerônimo Heráclio, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000.

Justificativa

Com o Programa Leite de Todos, o Governo do Estado busca reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, com prioridade para crianças, gestantes e nutrizes, diária e gratuita de um litro de leite fluido pasteurizado pra família. Com isso haverá redução da mortalidade infantil, promoção da melhoria dos padrões de saúde e qualidade de vida das famílias carentes, fortalecimento das cadeias produtivas da bovinocultura e redução do êxodo rural. O presente APELO tem o objetivo de dar continuidade a este programa para a Associação dos Moradores de Lagoa Dantas, no distrito de Umari, no município de Bom Jardim. Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Aluísio Lessa  
Deputado

Indicação N° 8215/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado **João Lyra Neto** Secretário de Defesa Social, Sr. **Alessandro Carvalho Liberato de Matos**, para que seja providenciado **Reforço Policial**, para o município de **Petrolândia** – PE. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento ao Prefeito, Exmo. Sr. **Lourival Antonio Simões**, (Av. dos três poderes 141 / Centro / Petrolândia – CEP. 56460.000), aos vereadores do município e ao **pastor Gerson Gila, (av. Monoel Borba, 242, Centro, Petrolândia-PE, Cep: 56 460-000)**

Justificativa

O pedido é uma medida urgente e necessária, haja vista que tem ocorridos inúmeros assaltos chegando até à assassinato. Como sabemos, a violência dos grandes centros urbanos é grande e nas pequenas localidades, também, pondo em risco a segurança e integridade física dos cidadãos. Entendemos que as polícias **CIVIL** e **MILITAR** devem, urgentemente, empreender ações essenciais e ostensivas de desarmamento e prisão de suspeito para que os trabalhadores e as pessoas de bem possam viver em paz, livres de ações nefastas dos marginais. Considerando o pleito justificado, e tendo em vista a relevância, só nos resta solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.

Adalto Santos  
Deputado

Indicação N° 8216/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado **João Lyra Neto** Secretário de Defesa Social, Sr. **Alessandro Carvalho Liberato de Matos**, para que seja providenciado **Reforço Policial**, para o município de **São Caetano** – PE. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento ao Prefeito, Exmo. Sr. **José da Silva Neves**, (praça Josué gomes s/n.º / Centro / **São Caetano** – CEP. 55130.000), aos vereadores do município e ao **pastor Ezequias Manoel Paulo, (rua Tenístoces, 46, São Caetano, Centro, Cep: 55 130-000)**

Justificativa

O pedido é uma medida urgente e necessária, haja vista que tem ocorridos inúmeros assaltos chegando até à assassinato. Como sabemos, a violência dos grandes centros urbanos é grande e nas pequenas localidades, também, pondo em risco a segurança e integridade física dos cidadãos. Entendemos que as polícias **CIVIL** e **MILITAR** devem, urgentemente, empreender ações essenciais e ostensivas de desarmamento e prisão de suspeito para que os trabalhadores e as pessoas de bem possam viver em paz, livres de ações nefastas dos marginais. Considerando o pleito justificado, e tendo em vista a relevância, só nos resta solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.

Adalto Santos  
Deputado

Indicação N° 8217/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado **João Lyra Neto** Secretário de Defesa Social, Sr. **Alessandro Carvalho Liberato de Matos**, para que seja providenciado **Reforço Policial**, para o município de **São Vicente Ferrer** – PE. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento ao Prefeito, Exmo. Sr. **Flávio Travassos Régis**, (rua. dr. antonio xavier s/nº Centro / São Vicente Ferrer – CEP. 55860.000), aos vereadores do município e ao **pastor Isaac Avelino** dos Santos, rua João pessoa, 32, Centro, são Vicente, cep. 55 860-000

Justificativa

O pedido é uma medida urgente e necessária, haja vista que tem ocorridos inúmeros assaltos chegando até à assassinato. Como sabemos, a violência dos grandes centros urbanos é grande e nas pequenas localidades, também, pondo em risco a segurança e integridade física dos cidadãos. Entendemos que as polícias **CIVIL** e **MILITAR** devem, urgentemente, empreender ações essenciais e ostensivas de desarmamento e prisão de suspeito para que os trabalhadores e as pessoas de bem possam viver em paz, livres de ações nefastas dos marginais. Considerando o pleito justificado, e tendo em vista a relevância, só nos resta solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.

Adalto Santos  
Deputado

Indicação N° 8218/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo ao presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), Roberto Tavares, no sentido de expandir a rede de abastecimento de água da zona rural de Bezerros, precisamente dos sítios Cabugi, Lagoa do Milho II e Esmera. Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento ao presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), **Roberto Tavares**, com endereço na Av. Cruz Cabugá, 1387, Santo Amaro, Recife-PE, CEP: 50040-905.

Justificativa

A matéria que ora apresento a esta Casa Legislativa visa atender a uma reivindicação dos moradores dos sítios Cabugi, Lagoa do Milho II e Esmera, situados no Município de Bezerros, no Agreste pernambucano. As pessoas que residem e trabalham nessas localidades convivem diariamente com os transtornos ocasionados pela falta de água.

É importante registrar que as localidades já contam com o abastecimento de água do sistema Jucazinho, porém não atende toda a população. Parte do Sítio Esmera, por exemplo, localizada no Município de Riacho das Almas, já é beneficiado, faltando, nesse caso, a área de Bezerros. Ademais, a obra de expansão é de baixo custo e certamente beneficiará centenas de famílias que ali moram. Com o atendimento ao referido apelo, estará a Compesa cumprindo com o seu papel social de oferecer água potável naquelas localidades, acolhendo a uma importante demanda levantada pela comunidade.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.

Tony Gel  
Deputado

Indicação N° 8219/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES, **Presidente da Câmara dos Deputados**, no sentido de colocar na ordem do dia a Proposta de Emenda Constitucional Nº **339/2009** que garante aos militares estaduais a percepção de **ADICIONAL NOTURNO**. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Deputado Federal Henrique Alves, Presidente da Câmara Federal, com endereço no Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Brasília – DF, CEP 70160-900 e ao Exmo. Sr. Cel PM JOSÉ CARLOS PEREIRA, Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, com endereço à Praça do Derby, s/n - Derby - Recife/PE CEP 52.010-900.

Justificativa

Sabe-se que os militares estaduais são submetidos a uma jornada de trabalho diferenciada e muito exaustiva pela peculiaridade da função policial. A percepção do adicional noturno pelos integrantes dos órgãos de segurança pública tem gerado severas e intermináveis discussões o que tem servido apenas para agravar as condições a que estão submetidos esses agentes públicos. É preciso que a norma constitucional garanta, também, aos policiais e bombeiros militares esse benefício, pois vencer o sono noturno é extremamente difícil, além das consequências e reflexos negativos para a saúde do militar ao longo dos anos. Alterações do sono são notáveis na maioria dos militares, podendo, inclusive, desencadear transtornos no humor, depressão, alcoolismo e outros sintomas. O fato de trabalhar dia sim e dia não numa viatura policial atendendo a ocorrências de todos os tipos faz com que o nível de estresse do policial e bombeiro fique sempre numa condição anormal, diferenciando-o de outras classes trabalhadoras. No caso específico das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, não há, de forma expressa, nenhuma possibilidade dessa percepção nos termos como hoje se encontra redigido o dispositivo constitucional (art. 42, §1º da CF) que manda aplicar aos seus integrantes alguns dos direitos dos trabalhadores que estão elencados no art. 7º, mas não o inciso IX, que dispõe sobre o adicional noturno, inaplicável aos integrantes das Forças Auxiliares. É razoável que todo profissional da segurança pública receba a justa remuneração pelo seu sacrifício em labutar nos horários mais difíceis para a atividade policial e bombeiro militar, pois **a noite é justamente quando a sociedade mais necessita da atenção redobrada dos militares estaduais**.

Diante do exposto, conto com o apoio dos meus pares nesta Casa Legislativa para a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 2 de junho de 2014.

Guilherme Uchôa  
Deputado

Portarias

PORTARIA Nº 616/14

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 34/2014, do Deputado Waldemar Borges, **RESOLVE:** alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo ao dia 1º de junho do corrente ano, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
ALEXANDRE CABRAL DE FARIAS	Assessor Especial / PL-ASC	50%	120%
GUILHERME OCTÁVIO VERAS C. DA S. JÚNIOR	Assessor Especial / PL-ASC	100%	120%
SYLVIA CARDOSO DE CARVALHO	Assessor Especial / PL-ASC	70,50%	75,75%
TEREZA LÚCIA REYNALDO SANTOIANN	Assessor Especial / PL-ASC	50%	120%

**Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco**  
**Em, 04 de junho de 2014.**

Deputado **JOÃO FERNANDO COUTINHO**  
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 617/14

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 103/2014, do Deputado Claudiano Ferreira Martins, **RESOLVE:** alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro do corrente ano, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
EDUARDO DA COSTA CORREIA	Assessor Especial / PL-ASC	80%	100%
JOÃO PAULO DOS SANTOS SILVA	Assessor Especial / PL-ASC	60%	100%

**Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco**  
**Em, 04 de junho de 2014.**

Deputado **JOÃO FERNANDO COUTINHO**  
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 618/14

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 103/2014, do Deputado Claudiano Ferreira Martins, **RESOLVE:** cancelar e alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de junho do corrente ano, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
XÊNIA DOS SANTOS MARQUES	Assessor Especial / PL-ASC	5,10%	0%
LOURIVAL MARTINS DE ALBUQUERQUE	Secretário Parlamentar/PL-SPC	50%	0%
EDMUNDO RÉGO FERREIRA NETO	Assessor Especial / PL-ASC	80%	0%
EDUARDA ABELENDA OLIVEIRA LIMA	Assessor Especial / PL-ASC	40%	50%
FLÁVIO DE SANTANA DE BEZERRA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	116%	120%
ALESSANDRA SAYURI BARBARA MATSUSHIMA VIEIRA PEREIRA	Assessor Especial / PL-ASC	0%	50%
MARIA IZABEL ANDRADE DE AGUIAR	Assessor Especial / PL-ASC	50%	0%
MARIA ZILDA DE MELO	Assessor Especial / PL-ASC	0%	34,5%
ISABELA GUEDES MALTA	Assessor Especial / PL-ASC	50%	80%
MARIVALDO BISPO DA SILVA	Assessor Especial / PL-ASC	60%	80%

**Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco**  
**Em, 04 de junho de 2014.**

Deputado **JOÃO FERNANDO COUTINHO**  
Primeiro Secretário